

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Metade dos municípios tem déficit, e prefeitos buscam ajuda da União..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impacto da depreciação super acelerada pode ir a R\$ 17 bi.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma abre possibilidade de marketplace ser responsabilizado pelo pagamento do IBS  
..... 6

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Manhã no mercado: Agentes acompanham China, EUA e arcabouço fiscal no início da semana  
.....8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

"Utilidade pública" domina 18% de projetos de deputados.....9

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Bônus do INSS pago sob Bolsonaro aumentou aposentadorias negadas (Previdência).....11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Marajá, hein? Que nada!..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Emendas e reforma ministerial ampliam insatisfação na base.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a reforma tributária preocupa as empresas aéreas - MERCADO S/A.....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avaliação de políticas e a qualidade dos serviços públicos (Artigo)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica com tijolo e capacete é desafio para a Reforma Tributária..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária faz famílias anteciparem heranças e doações.....23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

É importante discutir o imposto seletivo (Artigo)..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com IVA, estrangeiros poderão ter "tax free" no Brasil..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração de remédio reduz preço, mas governo estuda se é melhor alternativa ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: parlamentares têm oportunidade de atacar o contrabando ..... 29

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da cesta básica custa R\$ 34,7 bi e pode ser mais focalizada, diz secretário  
(Reforma tributária)

..... 31

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com desocupação em queda, cinco estados se aproximam do pleno emprego ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Caso das joias pode levar Bolsonaro a regime fechado ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"IA não está trazendo produtividade" ..... 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Líderes devem se reunir hoje à noite ..... 39

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Arcabouço fiscal deve ser votado amanhã ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Com Selic em queda, crédito privado ganha nova chance ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Estados elevam gasto com servidor e sofrem com queda de receitas ..... 43

# Metade dos municípios tem déficit, e prefeitos buscam ajuda da União

**Idiana Tomazelli**

O aumento no número de municípios com as contas no vermelho no primeiro semestre de 2023 levou centenas de prefeitos a Brasília na semana passada, numa mobilização em busca de nova ajuda financeira da União.

Segundo levantamento da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), 2.362 cidades registraram déficit primário nos primeiros seis meses de 2023 -ou seja, gastaram mais do que arrecadaram. O número é quase sete vezes o registrado em igual período do ano passado (342).

Além disso, o número de prefeituras no vermelho representa 51% dos 4.616 municípios que disponibilizaram informações no sistema integrado mantido pelo Tesouro Nacional. No primeiro semestre de 2022, a proporção era de 7%.

A deterioração das finanças das prefeituras, a cerca de um ano das eleições municipais, mobilizou representantes de mais de 2.000 cidades, segundo a CNM.

Eles estiveram nos gabinetes de deputados de suas regiões em busca de reforços para emplacar a agenda de socorro aos municípios. Também circularam nos salões do Congresso Nacional, abordando lideranças.

Segundo interlocutores da Fazenda, os pedidos de ajuda já chegaram a Fernando Haddad. Ao menos dois deputados estiveram na sede da pasta para apresentar demandas ligadas aos municípios.

O deputado Paulo Guedes (PT-MG) pediu ao ministro que pensasse em alguma saída para ajudar as cidades. Já o deputado Fernando Monteiro (PP-- PE) levou consigo alguns prefeitos e disse à equipe econômica que pretende apresentar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com medidas focadas nos municípios.

Na Fazenda, o diagnóstico é que a queda nos repasses, inclusive do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), abastecido com parte dos **impostos** federais (como Imposto de Renda e IPI), disparou o alerta entre os prefeitos e, por tabela, no Congresso.

Diante de seu próprio desafio para reequilibrar as contas federais, Haddad evitou fazer promessas até agora, mas sua equipe já admite que o assunto tende a ganhar força.

Uma PEC já em tramitação quer ampliar o volume de recursos destinado ao FPM. O fundo hoje recebe 25,5% das receitas do governo federal com IR e IPI. O percentual original era de 22,5%, mas foram aprovadas três parcelas extras de 1% cada uma, em **emendas constitucionais pro - mulgadas em 2007, 2014 e 2021**.

A proposta é prever mais um repasse extra de 1,5%, a ser pago em março de cada ano. ACNM estima que a medida possa injetar R\$ 11,1 bilhões adicionais nos cofres dos municípios. Ao mesmo tempo, significaria uma perda de receitas para a União.

As prefeituras também reivindicam uma compensação de R\$ 6,8 bilhões pelas perdas dos municípios com a redução do ICMS sobre combustíveis, aprovada no ano passado, ainda sob o governo Jair Bolsonaro (PL).

A agenda também inclui iniciativas que coincidem ou afrontam interesses do governo federal no Congresso.

Em comum, municípios e União querem a retomada do chamado voto de qualidade do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, instrumento que devolve à Fazenda o poder de desempate em julgamentos administrativos de conflitos tributários.

Ao ajudar na manutenção de cobranças de **impostos** repartidos com os entes subnacionais e permitir a negociação de débitos pendentes, a medida pode injetar R\$ 33 bilhões no FPM, estima a confederação. O projeto está em análise no Senado.

Prefeituras e governo federal, no entanto, divergem em relação à desoneração da folha. Municípios menores não costumam ter regime próprio de Previdência, e seus servidores são segurados do **INSS**. As prefeituras precisam recolher 20% sobre a folha, assim como os demais empregadores no Brasil.

Projeto de lei em tramitação na Câmara pretende prorrogar a desoneração da folha para 17 setores e estender o benefício para municípios com até 142 mil habitantes. Para eles, a alíquota cairia a 8%. Só essa

mudança crestaria cerca de R\$ 10 bilhões aos cofres da União. Haddad já disse considerar o projeto inconstitucional e é contra sua aprovação.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, diz que a deterioração das finanças municipais "não é só uma coisa conjuntural" e está ligada também à ampliação das competências dos municípios, que, segundo ele, arcam com uma fatia cada vez maior dos custos dos serviços à população.

"Não é ele [prefeito] que é o culpado, é o Congresso que aprova medidas, o governo que edita tal programa sem prever a devida contrapartida financeira", afirma.

Do ponto de vista conjuntural, as receitas dos municípios com **impostos** até subiram 12,6% nos primeiros seis meses, em termos nominais, mas elas representam uma fatia pequena do financiamento das menores cidades, mais dependentes de repasses.

Já as transferências correntes subiram 0,2% nominal. Descontando a **inflação**, isso significa que os municípios tiveram queda real nos repasses, sobretudo os de menor porte.

Além da perda de fôlego no FPM, houve um represamento na liberação de emendas parlamentares, que irrigam os municípios.

No primeiro semestre de 2022, as prefeituras receberam R\$ 13,2 bilhões em emendas indicadas pelos congressistas, valor que caiu a R\$ 5,6 bilhões neste ano. Na saúde, a queda foi mais intensa, de R\$ 10,7 bilhões para R\$ 2,9 bilhões.

Enquanto isso, as despesas subiram 24%, também nominais, na esteira da concessão de reajustes e da ampliação de investimentos.

As prefeituras argumentam que 25% da folha está vinculada ao magistério, cujo piso salarial é calculado pela União e teve reajustes de 33,24% em 2022 e 14,95% em 2023. Só neste ano, o impacto foi calculado em R\$ 19,4 bilhões pela CNM. Nem todos os municípios seguiram à risca o percentual de referência, mas o valor dá uma dimensão do peso da medida para as contas locais.

Em relação aos investimentos, a CNM diz que os municípios estão concluindo com recursos próprios algumas das obras paralisadas pela União por falta de dinheiro no Orçamento federal.

Ziulkoski afirma que a pressão dos prefeitos por ajuda federal "não tem nada a ver com a eleição", no sentido de se reeleger ou fazer sucessor.

"Se o prefeito não deixar dinheiro no caixa para bancar seres restos apagar [despesas contratadas no mandato que serão pagas só em anos seguintes], vai para a cadeia. O prefeito vai para a cadeia, enquanto o presidente da República viaja para os EUA", diz, sem citar nomes. A declaração faz uma referência implícita a Bolsonaro, que foi a Miami na véspera do término de seu mandato.

A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) proíbe os titulares de Poderes de contratar despesa no fim do mandato sem deixar dinheiro em caixa para pagá-las. A prática pode ser punida, daí a preocupação dos prefeitos a um ano das eleições.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50375&maxTouch=0&anchor=6481902&pd=8300b5f05b05d1b4daa4f227f22de926>**

# Impacto da depreciação super acelerada pode ir a R\$ 17 bi

**Estevão Taiar e Lu Aiko Otta**

Os cinco cenários de depreciação superacelerada com os quais o governo federal trabalha vão desde um mais restrito, que abrangeria apenas a indústria de transformação, até um mais complexo, que englobaria indústria de transformação, utilidades (eletricidade, gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação), construção civil, transportes e telecomunicações.

O impacto fiscal pode variar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 17 bilhões, e também não está decidido o prazo em que será concedido o incentivo: um ou dois anos.

A depreciação acelerada é uma espécie de incentivo fiscal que permite a empresas deduzir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em um período que vai de dois a 25 anos, investimentos realizados em máquinas e equipamentos. A medida tem impacto apenas no fluxo das contas das empresas e do governo federal, sem alteração no estoque de **impostos** a ser recolhido, já que toda a quantia é em algum momento recuperada pela União.

Mas os ministérios do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (Mdic) e da Fazenda querem dar um passo adiante e implantar a depreciação superacelerada, em que a dedução é realizada em um período mais curto, de apenas um ou dois anos. Como o regime tem impacto fiscal, mesmo que temporário, a decisão sobre qual modelo será adotado caberá ao Ministério da Fazenda.

"Até setembro a gente espera estar com isso fechado", afirma o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic, Uallace Moreira, lembrando que o montante precisa estar previsto no Orçamento do ano que vem. Ele destaca, no entanto, que não necessariamente o cenário menos abrangente é o de menor impacto fiscal.

Números da **Receita Federal** mostram que, entre janeiro e julho deste ano, a depreciação acelerada de bens de capital realizada pelas empresas alcançou R\$ 1,112 bilhão, o que significa R\$ 49 milhões a mais do que no mesmo período do ano passado.

Em abril, o presidente da Federação das Indústrias do

Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, já tinha dito que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha se comprometido com a defesa do mecanismo de depreciação acelerada.

O tema voltou a ser debatido entre Haddad e o vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin, em junho, no lançamento do programa de descontos ao setor automotivo.

"Isso dá uma vantagem grande para o industrial que está disposto a investir no seu negócio em busca de melhora da produtividade, que não vem aumentando no Brasil há muitos anos", disse Haddad na ocasião, afirmando ainda que o tema era "caro" ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No ano passado, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, também defendeu a depreciação imediata, antes de qualquer tributação, de investimentos realizados pelos setores "mais avançados" tecnologicamente em máquinas e equipamentos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1&section=1>

# Reforma abre possibilidade de marketplace ser responsabilizado pelo pagamento do IBS

**Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta De Brasília**  
(Colaborou Lu Aiko Otta)

O texto da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados no primeiro semestre e agora em tramitação no Senado, deixa uma porta aberta para terceiros terem que recolher a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), destinados, respectivamente, à União e Estados, Distrito Federal e municípios. Existe previsão expressa de que lei complementar poderá estabelecer a cobrança direta ou o redirecionamento em caso de inadimplência do devedor original - ainda que o terceiro seja residente ou domiciliado no exterior.

Especialistas ouvidos pelo Valor apontam que o dispositivo permite que a cobrança do IBS seja dirigida a marketplaces, intermediadores financeiros e adquirentes no caso de operações em cadeia, por exemplo. Alguns Estados já tentaram direcionar a cobrança do ICMS a marketplaces - em substituição aos vendedores das plataformas -, por se tratar de uma operação concentrada e não pulverizada. Para as empresas, contudo, haveria grande necessidade de adaptação.

Esse também é o entendimento da Fazenda Nacional sobre o dispositivo.

De acordo com uma fonte da área técnica, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 seria explícita ao dizer que as plataformas podem ser responsabilizadas diretamente pelo recolhimento de **impostos**.

"Essa responsabilização está sendo tratada na PEC de forma ampla e autoriza lei complementar a dar amplitude grande a regras de sujeição passiva", afirma Maurício Barros, sócio do Demarest Advogados.

Para ele, é como se já houvesse uma preocupação com relação ao ICMS e a PEC desse o recado de que a sujeição passiva do IBS e da CBS pode ser mais abrangente.

Sujeição passiva é um termo amplo que abrange contribuintes solidários, responsáveis e até substitutos, de acordo com o advogado.

É alguém que poderá ser cobrado em solidariedade ou subsidiariamente pelo imposto caso o devedor original (o contribuinte, nas palavras da **Receita Federal**) não pague. Ou que, pelo texto, acrescanta ele, pode ser responsabilizado diretamente.

"É um modelo que existe na União Europeia, mas com pressupostos e delimitações bem definidos", diz o advogado. O marketplace, em caso de produto importado, exemplifica, poderá ser o responsável por pagar o imposto para a Receita, em vez do importador pessoa física. "Pelo texto da PEC, o marketplace não teria que pagar apenas se o contribuinte deixar de recolher [o imposto], a cobrança pode ser direcionada diretamente para ele." Em geral, esse assunto pode afetar, além dos marketplaces, intermediadores financeiros e transportadores, de acordo com Barros.

"Quem for eleito para sujeito passivo, que não o vendedor ou prestador originais, precisa ter meios fáceis de se ressarcir, para não arcar com o ônus", afirma.

A Constituição prevê hipótese ampla de sujeição passiva. Quando o legislador complementar for regular essa questão, vai precisar ter razoabilidade para não inviabilizar a atividade, segundo o advogado, fazendo com que os terceiros tenham que lidar com muitas questões tributárias e acabem tendo dificuldade para se ressarcir - dependendo do modelo de negócio, a plataforma pode ou não ter meios de ser ressarcida pelo vendedor, ou comprador na importação.

"Tenho conversado com algumas empresas sobre isso e em geral há preocupação se o artigo será mantido no Senado e, sendo mantido, como a lei complementar vai tratar desse assunto", diz.

No regime atual, de acordo com Ana Claudia Utumi, sócia do Utumi Advogados, seria quase inviável essa responsabilização. Caberia ao marketplace, por exemplo, fazer a classificação dos produtos, indicando se é desodorante ou hidratante, pantufa ou sapato, e outras diferenças que alteram a alíquota e se tornam disputas prolongadas entre contribuintes e Receita. "Uma coisa é fazer o compliance da sua empresa que você sabe quais produtos está vendendo, outra coisa é o marketplace." Existem países que implementaram modelos em que o marketplace deve fazer a retenção na fonte deixando para o vendedor somente a parte

líquida do tributo. "Existe a possibilidade, mas do ponto de vista do nosso mercado, as empresas precisariam de um tempo para se adaptar e cumprir esse tipo de obrigação", afirma Utumi. "É necessário aguardar a lei complementar e ver como será estabelecida a responsabilidade tributária." De acordo com Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), o texto da reforma dá margem para que os marketplaces se tornem sujeitos passivos do imposto. A entidade concorda com a previsão desde que a lei complementar diga que as plataformas são solidárias ao pagamento do imposto e não que cabe a elas recolher.

Fiscalizar os vendedores seria mais fácil que recolher o imposto, afirma Gonçalves Filho. Esse é um dos pontos que o setor está acompanhando na reforma, e o presidente do IDV acredita que a questão será resolvida por meio de lei complementar.

Procurada pelo Valor, a Febraban informou em nota que a **reforma tributária** é positiva e traz melhorias em relação à simplificação do sistema tributário, com possíveis implicações também no que se refere às obrigações acessórias. "Em relação à forma de recolhimento do novo tributo ainda é necessário aprofundar o tema com os entes políticos, pois envolve custos e riscos relevantes para os meios de pagamentos, em um sistema operacional bastante complexo", afirma a entidade.

"As empresas precisariam de um tempo para se adaptar e cumprir esse tipo de obrigação" Ana Claudia Utumi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637>

# Manhã no mercado: Agentes acompanham China, EUA e arcabouço fiscal no início da semana

Por Augusto Decker, Valor - São Paulo

21/08/2023 08h27 Atualizado há 2 minutos

A decisão de juros da China deve movimentar os mercados no início da semana. O banco central do país asiático cortou a taxa básica de juros (LPR) em 10 pontos-base, para 3,45% ao ano, e manteve a LPR de cinco anos em 4,2%. O corte foi menor do que as expectativas do mercado, mantendo a leitura recente de agentes econômicos de que o incentivo chinês à economia pode ser insuficiente para ter efeitos mais positivos. As bolsas da Ásia fecharam sem sinal único, mas as ações chinesas terminaram em queda hoje.

As notícias vindas da China têm efeito importante nos mercados locais, especialmente na bolsa e no câmbio, em razão do perfil brasileiro de exportador de commodities. O Ibovespa subiu na sexta-feira após 13 pregões de queda, a maior sequência negativa já registrada pelo índice. Mesmo com a alta no último pregão, a referência local ainda tem margem técnica para avançar, porém o noticiário da China ainda fica no radar. O petróleo Brent avança no exterior e o minério de ferro fechou com ganho de 0,91% em Dalian, o que pode ajudar as ações desses setores, que têm peso importante na formação do Ibovespa.

Embora tenha caído na sexta-feira, o dólar comercial terminou a semana em alta frente ao real, e continua perto do patamar de R\$ 5. A alta no rendimento dos Treasuries contribuiu para a valorização da moeda americana nas últimas semanas. Hoje pela manhã, o retorno das T-notes de 10 anos, que recentemente bateu a máxima dos últimos 15 anos, operava em alta, e o rendimento da T-note de 2 anos também avançava. Além do dólar, os títulos americanos devem influenciar os juros futuros locais, que na semana passada avançaram na esteira do movimento do exterior.

Durante a semana, a expectativa pelo simpósio de Jackson Hole também deve ajudar a movimentar os Treasuries. Na sexta-feira, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, profere discurso.

No radar local, a pauta econômica na Câmara dos

Deputados fica no radar, em meio a tensões entre o presidente da casa, Arthur Lira, e o governo. Hoje à noite, Lira se reúne com líderes da casa para discutir o arcabouço fiscal, que pode ser votado amanhã na Casa. No Senado, espera-se o andamento de temas como o voto de qualidade do **Carf** e a **reforma tributária**. Finalmente, na sexta-feira sairá o IPCA-15 de agosto - indicador importante para a formação de expectativa para a próxima reunião do Copom.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/08/21/manh-a-no-mercado-agentes-acompanham-china-eua-e-arcabouco-fiscal-no-inicio-da-semana.ghtml>

# "Utilidade pública" domina 18% de projetos de deputados

**Bruno Nogueira e Vinícius Prates**

Em meio a um semestre de atividades intensas e pautas polêmicas, como o aumento dos salários do primeiro escalão estadual em 298%, a reforma administrativa e a recuperação fiscal do estado, quase 20% dos projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nos primeiros seis meses do ano foram voltados a conceder declarações de utilidade pública a associações ou instituições. De acordo levantamento feito pelo Estado de Minas, das 962 propostas legislativas apresentadas pelos parlamentares mineiros, 176 (18,3%) tinham esse objetivo.

Projetos desse tipo são analisados de forma conclusiva pelas comissões permanentes da Assembleia, por isso não precisam ser submetidos a votação no plenário, tramitando em turno único. E não é muito difícil entender por que é tão grande a fila de entidades candidatas ao título: o reconhecimento de utilidade pública confere às entidades também isenção de contribuições destinadas à **seguridade social** e imunidade fiscal.

No semestre turbulento, os deputados estaduais ainda se dedicaram a apresentar projetos para propor datas comemorativas (17 das 962 matérias) ou determinar o "relevante interesse cultural" (37 dos 962) de tradições e cerimônias, entre outros. Embora sejam iniciativas de menor impacto para o eleitorado, eles acabam contribuindo para uma ideia de "produtividade parlamentar", "engordando" o currículo de deputados: são propostas fáceis de serem aprovadas, mas que, em última instância, acabam gerando apenas volume.

O levantamento foi feito exclusivamente a partir dos projetos de lei, não contabilizando, portanto, iniciativas como requerimentos e emendas. Outras temáticas apresentadas no período à apreciação da Assembleia estão distribuídas por áreas diversas, como campanhas de conscientização, saúde pública, infraestrutura, educação, homenagens, entre outros assuntos.

O parlamentar que mais apresentou projetos no primeiro semestre foi o deputado Doutor Jean Freire (PT), com 109 propostas de lei elaboradas, seguido da estrepante na Assembleia Nayara Rocha, do PP, com 43. Charles Santos (Republicanos), com 40; Marli

Ribeiro (PSC), com 35; e Grego da Fundação (PMN), com 31, fecham o "top 5".

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESTRITA

O professor de Ciência Política Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, da Universidade Federal de Minas (UFMG), avalia que, em razão da competência legislativa da Assembleia, as temáticas apresentadas pelos deputados estaduais acabam se tornando limitadas em comparação com os parlamentares federais.

"Um espectro muito pequeno é objeto de legislação por parte do estado", afirma. "Em parte, ficamos com uma sensação de que o Legislativo Estadual legisla muito sobre utilidade pública, iniciativa que parece, para nós, menos importante. Mas isso tem a ver com a divisão de competências legislativas, que concentra no Congresso Nacional a maior parte das atribuições", completa o professor.

"O legislador estadual não legisla, por exemplo, sobre matéria penal e uma série de outras que são competência exclusiva do Legislativo Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado. Essa divisão de competência acaba deixando pouco espaço para os parlamentares estaduais", completa.

O cientista político destaca ainda que a atuação dos parlamentares estaduais também passa pela obrigação de fiscalizar o governo, indo além da proposição de leis. "Por não ter uma ampla competência legislativa, basicamente a Assembleia legisla de maneira complementar ao Congresso Nacional. Mas tem papel importante na fiscalização, por exemplo no acompanhamento do orçamento estadual. Sem dúvida, uma das áreas mais importantes", pontua.

"Quando se faz uma audiência, você explicita um debate. Por isso, o governo sempre tem pressa. Quanto menos debate, menos há possibilidade de se disputar a opinião pública"

Beatriz Cerqueira (PT), deputada do bloco de oposição

"Na contramão do governo federal, Zema quer um estado que gaste menos, tirando o povo mineiro do sufoco. Todos sabem que estatal só serve para criar

monopólios e dar cargos"

Bruno Engler (PL), deputado da base governista

Entre audiências e a defesa da privatização

O semestre na Assembleia Legislativa de Minas também foi marcado por articulações em busca de consenso para diferentes interesses. Como mostrou o Estado de Minas na edição de segunda-feira (7/8), o governador Romeu Zema (Novo) dominou as pautas que foram debatidas pelos parlamentares, e agora concentra esforços nas privatizações das estatais.

Por seu lado, a oposição marcou esforços na luta pela preservação de direitos de segmentos específicos. Foi o caso de projetos que buscaram garantir do pagamento de aposentadorias a ex-funcionários da Minascaixa e de pensões aos seus dependentes; assegurar a preservação de patrimônio e dos servidores da Fundação Educacional Caio Martins (Fucam); e permitir o reajuste de 12,84% ao salário dos servidores do grupo de atividades da educação pública.

Responsável por atuar na obstrução de várias pautas do governo estadual, a deputada Beatriz Cerqueira (PT), do Bloco Democracia e Luta, considera que as audiências públicas foram primordiais neste primeiro semestre, para auxiliar nas articulações e garantir o direito de minorias. "Quando se faz uma audiência, você explicita um debate. Por isso que o governo sempre tem pressa. Quanto menos debate, menos há possibilidade de se disputar a opinião pública", avalia a petista.

Ela usa a reforma administrativa como exemplo dessa importância. "Se não tem audiência pública, quem lê aquele calhamaço? Quem é que acompanha as coisas que acontecem aqui na Assembleia? Plenário, comissão... É preciso ir lá, ler uma lei, ler o que (o projeto em análise) está revogando", completa.

Para a deputada, as audiências públicas ampliaram o debate democrático e auxiliaram os trabalhos da Assembleia. "Foi um semestre em que conseguimos ter um trabalho muito importante de participação popular. Digo não só por mim ou pelo bloco da oposição, mas pelo volume de audiências. Audiência é o melhor lugar, porque a população vem à Casa no direito de falar. Isso guia muito os trabalhos. Todo dia tem audiência, de manhã, de tarde, mais de uma audiência ao mesmo tempo", afirma.

**MAIOR ENTENDIMENTO** Do lado governista, para o deputado estadual Bruno Engler (PL) a atividade parlamentar no primeiro semestre teve saldo positivo. Ele acredita que o governador Romeu Zema está

trabalhando junto ao Legislativo para "manter Minas Gerais nos trilhos". "Romeu Zema tem construído um relacionamento bem mais harmonioso com a Assembleia. Acredito que a experiência obtida nos últimos quatro anos ajudou muito no avanço de suas pautas", disse o deputado.

Em discurso alinhado com o governador, Engler defende a privatização das estatais e acredita que a iniciativa privada traria melhorias para o estado, se este abrir mão das empresas. Para ele, as estatais só servem para "dar cargos para apadrinhados políticos".

"Na contramão do governo federal, Zema quer um estado que gaste menos, tirando o povo mineiro do sufoco. Todos sabem que estatal só serve para criar monopólios e dar cargos para apadrinhados políticos. Renunciar a poder é algo muito raro no meio político, Zema se mostra comprometido com Minas Gerais", avaliou o deputado.

ICMS da educação no centro de debates

A prioridade da Assembleia Legislativa agora é a regulamentação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da educação, conforme anunciou o presidente do Parlamento estadual, deputado Tadeu Martins Leite (MDB), o Tadeuzinho. Apenas no primeiro semestre deste ano, três parlamentares apresentaram propostas sobre o tema.

"Neste segundo semestre, precisamos nos debruçar sobre esse projeto. É importante fazermos esse investimento na educação, melhorar o desempenho da educação no nosso estado, e isso é compromisso da Assembleia. Neste segundo semestre, a Casa vai, em grande parte, ficar por conta de discutir esse projeto", declarou o presidente do Legislativo mineiro à TV Assembleia, antes do retorno das atividades parlamentares.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/08/2023/p1>

# Bônus do INSS pago sob Bolsonaro aumentou aposentadorias negadas (Previdência)

**Cristiane Gercina**

O bônus por produtividade pago a servidores do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) entre 2019 e 2022, durante a gestão Bolsonaro, resultou em um número maior de negativas de benefícios da Previdência, ampliando a fila de recursos.

Além disso, os servidores que tiveram maior bonificação estavam entre os que deixaram de cumprir as metas regulares de trabalho e houve funcionários que receberam remuneração de R\$ 50 mil, acima do teto constitucional, hoje em R\$ 41.650.

As falhas fizeram com que houvesse queda na qualidade de análises de processos e baixa eficácia em relação aos objetivos propostos pelo programa, aponta auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União). O governo gastou R\$ 292,5 milhões com o pagamento de bônus aos servidores nos quatro anos.

O programa de bonificação voltou a ser oferecido a servidores administrativos e peritos médicos pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As regras, no entanto, mudaram, o que está desagradando a categoria. Para fazer parte da iniciativa, é preciso cumprir uma meta de 30% de trabalho a mais.

O bônus por produtividade do governo Bolsonaro foi implantado em março de 2019, inicialmente com um programa de revisão de benefícios com suspeita de irregularidades. Eram pagos R\$ 57,50 aos servidores administrativos e R\$ 61,72 aos peritos médicos. A partir de julho do mesmo ano, o programa seguiu como uma forma de diminuir a fila de pedidos do **INSS**, que chegou a 2 milhões, com pandemia e greves.

A gestão atual paga bônus de R\$ 68 para os servidores e R\$ 75 para os peritos. Os custos da medida, que tem validade de nove meses, podendo ser renovada por mais três, estão previstos em R\$ 129,9 milhões somente em 2023. A meta de governo é diminuir a fila -hoje em 1,8 milhão de pedidos- até dezembro.

Segundo o relatório da controladoria, o número de indeferimentos de benefícios na fila inicial de pedidos analisados no programa de bonificação -portanto fora do expediente normal do servidor- foi de 77%, ou seja, 7 em cada 10 benefícios foram negados. Na fila ordinária, foi menor, de 58,1%.

Os resultados indicam que os processos analisados com pagamento de bônus tinham maior possibilidade de serem indeferidos. Além disso, os indeferimentos geralmente não eram confirmados pela supervisão técnica, não por considerarem que poderia haver falha, mas porque muitos desses benefícios não passavam por supervisão.

Para a CGU, além da queda na qualidade, o alto número de negativas amplia outras filas, a de recursos e a de revisão. "Ressalta-se que o indeferimento incorreto, além de prejudicar o segurado, tende a gerar retrabalho no âmbito do **INSS** devido aos pedidos de revisão, bem como em função de recurso e de judicialização", diz o relatório.

\*

Para a advogada Tonia Galetti, do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), a resposta negativa a um benefício não é de todo ruim, o problema é a fragilidade nas análises, que, com queda de qualidade, pode resultar em negativa ou concessão errada.

"A negativa em si não é nem boa nem ruim, é a entrega da análise. É melhor ter um resultado do que não ter nenhum. O problema das negativas é que muitas são equivocadas e isso é que é ruim, porque não revela a realidade fática e documental das pessoas. E acaba gerando um problema."

O problema, segundo Tonia, é o benefício sair da fila de espera inicial e ir para a fila de recursos, onde a resposta ao segurado demora ainda mais. Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) mostrou, em março, que o Conselho de Recursos da **Previdência Social** levará 16 anos para julgar todos os processos pendentes se seguir no mesmo ritmo de análises. Com isso, o órgão está realizando um mutirão.

"Acaba gerando um maior custo para o próprio **INSS** e para o Estado brasileiro, e, consequentemente, para a sociedade. Porque vai virar um processo, vai gerar atrasados, vai gerar juros, correção, gastos com o Judiciário, pagamento de conselheiros na Câmara de Recursos. E tudo isso vai aumentando o gasto da sociedade com benefícios que poderiam ter sido concedidos se tivessem sido analisados corretamente", afirma Tonia.

A CGU também analisou os processos que entraram na fila de recursos, que é quando o segurado recorre da resposta negativa do **INSS**. Os resultados mostraram que o maior número de processos sob análise era de servidores que receberam as maiores médias de pagamento dentro do programa.

"O estímulo proporcionado pelo Bmob/Terf pode fazer com que as análises sejam mais céleres, porém menos precisas", diz a controladoria. "A partir da análise bonificada, há tendência de aumento nas taxas de indeferimentos dos requerimentos iniciais de benefícios, em conjunto com uma redução na frequência de exigências", afirma outro trecho do relatório.

Além disso, os servidores com a maior remuneração do bônus estavam entre os que não atingiram a meta mensal de pontos estipulada para a função. O resultado mostrou que funcionários bonificados "não cumpriram a capacidade operacional individual ordinária em meses específicos". Ou seja, deixaram de realizar o trabalho habitual para fazer as horas extras e receber o bônus federal.

"A criação de um bônus relacionado à produtividade pode gerar impactos na qualidade das análises realizadas no âmbito do programa especial, com aumento do risco de pareceres com inconsistências (deferimentos e/ou indeferimentos indevidos), e possíveis deficiências no acompanhamento da execução, entre outras", diz o relatório.

Procurado, o **INSS** afirmou que, por se tratar de relatório sobre o governo anterior, não iria se manifestar. Em entrevista ao jornal Extra, o atual presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, afirmou que o programa de bonificação atual foi pensado para sanar as falhas já apontadas.

"O relatório apresentado pela CGU faz uma análise do governo anterior. Portanto, o **INSS** não vai comentar a ação em si", diz o órgão.

A política de bonificação, que começou a ser implantada no governo de Michel **Temer** (MDB), é sindicato pelos sindicatos de servidores. Viviane

Peres, diretora da Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), afirma que é necessária uma mudança na estrutura do **INSS**, com contratação de servidores e investimentos em agências.

"A crítica que a federação faz sobre essa política de bonificações é que não resolve os problemas que são estruturais do **INSS**. São medidas aí paliativas. A solução dos problemas estruturais é investimento nas unidades do **INSS**, nas agências de **Previdência Social**, no atendimento presencial para a população e a realização de concurso público", diz.

Em nota, o SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo) afirma que as falhas apontadas no relatório da CGU já haviam sido identificadas pela entidade. "Sabemos que foram muitos pareceres prejudicados durante a vigência do bônus, causando aumento nos pedidos de recurso, revisão e processos judiciais. E isto, também colaborou para o aumento de processos na fila de hoje."

O sindicato afirma que a antiga bonificação surgiu rápido e sem tempo para a capacitação de servidores, mas, agora, o novo programa tem mais material disponível para aprendizado, internet mais rápida e controle melhor das distribuição de tarefas. No entanto, critica a meta estabelecida para fazer parte do programa.

"O atual modelo cobra um pedágio de 30% das metas para assim, o servidor começar a receber, penalizando o servidor que prefere aderir ao programa."

Vivian ressalta o concurso do **INSS**, que contratou mil servidores e deve chamar mais 250 neste ano, além de novo concurso previsto pela Previdência. Sobre o programa atual de bonificação, afirma que as metas comprometem a qualidade das análises.

"A meta que o servidor tem que cumprir, que é fazer o excedente de 30% para, depois, acesso ao bônus, intensifica mais o trabalho. O servidor tem que produzir muito mais, o que pode possibilitar o impacto na qualidade dessas análises."

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/bonus-do-inss-pago-sob-bolsonaro-aumentou-aposentadorias-negadas.shtml>

# Marajá, hein? Que nada!

A elite do funcionalismo público é famosa pelos privilégios. São constantes os levantamentos feitos para denunciar o grupo com supersalários, aquele que ganha acima do teto previsto para o setor público, hoje em RS 41.650. Pouco se sabe, no entanto, sobre o conjunto dos servidores abaixo dessa casta, que em sua maioria recebem praticamente um décimo do limite.

A República.org, instituto dedicado a aprimorar a gestão de pessoas no serviço público brasileiro, acaba de criar e disponibilizar em seu site o República em Dados, uma base de consulta que consolida informações sobre servidores, apuradas por diferentes fontes oficiais, como o Atlas do Estado Brasileiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego.

A consulta é pública, e os números desmistificam muito do que se propaga como regalias em relação funcionalismo público brasileiro. "Na verdade, o Estado brasileiro reproduz no serviço público muitas das desigualdades da sociedade que vemos no dia a dia, mas prevalece o estigma de que todo servidor ganha demais, o que não é verdade", afirma Helena Wajzman, diretora executiva da República.org.

A partir dos dados, Helena explica que metade dos servidores recebe cerca de RS 3.400 por mês, ou seja, menos de três salários mínimos, que hoje está fixado em RS 1.320. Ampliando um pouco o escopo, 70% do total recebe mensalmente até RS 5 mil.

O cálculo considera os contracheques de servidores estatutários, o grupo que fez concurso e tem estabilidade, nos diferentes Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - em diferentes esferas - municípios, estados e União. Trata-se de uma massa de quase 7 milhões de pessoas.

Outros regimes A conta não inclui os não estatutários, que têm outros tipos de vínculo. Assim como os informais do setor privado ganham menos que os registrados, eles ganham menos que os concursados no setor público. Não existe uma estimativa certa para a diferença, porque os valores variam muito. Esse grupo reúne 4 milhões de pessoas, 39% do total. Existem servidores no modelo CLT, que podem ser demitidos a qualquer momento. Muitos hoje têm contrato temporário, modalidade que cresceu especialmente na educação municipal e estadual. Há também o servidor contratado para parcerias

provisórias atendendo a demanda de projetos.

A estruturação de um sistema misto de contratações, com tipos de vínculo, mas que mantenha os ganhos e preserve carreiras de Estado, é um debate em curso no setor.

Entre os concursados, o que puxa a média geral do rendimento para baixo é a geografia da contratação.

Distribuição Ao contrário do que se imagina, a maioria dos servidores não está sentada nos escritórios em Brasília, onde se concentra o funcionalismo federal e são pagos valores mais elevados. Essa esfera contrata apenas 8,2% do total. Os estados contratam 31,4% dos servidores, com destaque para cerca de 530 mil policiais militares e civis responsáveis pela segurança pública.

A maior parte, 59,8%, está espalhada pelos 5.568 municípios do país, onde se paga menos. O destaque são profissionais como professores, enfermeiros e assistentes sociais, que lidam diretamente com os membros de suas comunidades. O contingente de servidores municipais foi o que mais cresceu desde os anos de 1990, para cumprir a universalização do direito a saúde e educação prevista na Constituição de 1988. Os chamados supersalários estão acima do teto de RS 41.650, que equivale ao rendimento máximo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse pequeno grupo representa de 0,06% do total. Entre os integrantes mais citados estão juizes, procuradores e promotores.

Salários A regra de que um servidor não pode ganhar mais do que teto está prevista na Constituição, mas foram criadas interpretações alternativas que abriram espaço legal para ganhos acima do limite. Um projeto de lei parado no Senado busca limitar de vez os ganhos excedentes.

Os especialistas, no entanto, avisam que, para reduzir os grandes desníveis salariais no setor público, também é preciso diminuir a diferença na base. "Existem enormes distorções e falta de uniformidade nas regras de cada carreira e de suas remunerações", afirma Vera Monteiro, professora de Direito Administrativo da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP).

"Entre os temas urgentes está fazer valer a regra do teto, mas reduzir a distância entre os maiores e os menores salários demanda outras iniciativas, como a

criação de órgãos para fazer a gestão do desempenho, nas diferentes carreiras, para que se valorize quem trabalha melhor", continua Vera.

Disparidade entre gênero e raça Outro problema que produz desigualdade salarial, de acordo com o levantamento do instituto República.org, é a baixa diversidade, que é melhor medida na progressão de carreiras. No Executivo federal, homens brancos recebem em média R\$ 8.774, e os negros, R\$ 7.753. As mulheres brancas, R\$ 6.272, e as mulheres negras têm o menor rendimento, R\$ 5.815. A diferença salarial está no fato de os homens brancos terem mais facilidade de ascensão a cargos de chefia do que os outros segmentos.

A reforma nas carreiras e uma nova gestão de pessoal são caminhos para alterar essa dinâmica interna. Muitos acreditam, no entanto, que distorções poderiam ser corrigidas com a reestruturação dos concursos públicos.

Já faz um tempo que os especialistas debatem o assunto, com argumentos a favor e contra. O principal deles é que os concursos públicos foram capturados por uma "indústria de aprovação". Atraem principalmente os chamados con-curseiros, com tempo e dinheiro para se preparar, não necessariamente vocação.

Concursos "Para tornar os concursos públicos mais eficazes, é necessário repensar a forma tradicional de condução desses processos seletivos", afirma Renata Vilhena, presidente do Conselho da República.org.

"Novas formas, com a avaliação de habilidades práticas, dinâmicas de grupo e simulações, entrevistas, experiência profissional relevante, entre outras revisões, podem ser essenciais para captar os perfis desejados a cada cargo. Essas mudanças na dinâmica dos concursos públicos podem ajudara criar um processo mais inclusive." Tramita no Congresso um projeto de lei que busca justamente mudar a regra geral dos concursos públicos. A cientista política Paula Frias, que faz parte do grupo responsável pela plataforma, explica que o usuário tem autonomia para fazer correlações além das publicadas na reportagem, basta acessar o link: <https://emdados.republica.org/dados>

# Emendas e reforma ministerial ampliam insatisfação na base

**Raphael DiCunto, João Valadares e Fabio Murakawa**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou nesse domingo (20) para a África sem resolver os desarranjos na base aliada do Congresso e deixou deputados insatisfeitos numa semana decisiva para as votações de interesse do Executivo, como o novo arcabouço fiscal e a tributação dos lucros obtidos por brasileiros com investimentos no exterior, ação necessária para corrigir a tabela do imposto de renda.

Além da irritação de PP, Republicanos e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a demora para finalizar a **reforma ministerial**, o governo tem outra insatisfação para contornar: a "demora" no pagamento das emendas parlamentares. Mais de metade dos recursos enviados por deputados e senadores às suas bases foram empenhados, primeira etapa da execução orçamentária, mas apenas 12% foram pagos.

Este ano há R\$ 36 bilhões em emendas parlamentares, das quais R\$ 29 bilhões são impositivas, de execução obrigatória. Segundo o portal Siga Brasil, do Senado, R\$ 20,5 bilhões foram empenhados (estabelecido o compromisso de execução), mas apenas R\$ 4,6 bilhões referentes a 2023 foram efetivamente pagos. O número representa 12% do total de emendas e 15% das obrigatórias.

Generalizada, a reclamação levou a duras cobranças dos líderes da base ao líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), durante reunião na casa de Lira para definir a pauta de votações, na terça.

Um deles destacou ao Valor, sob anonimato, que "está difícil" pedir à bancada que apoie os projetos do governo. A cobrança ficou maior com a marcha dos prefeitos a Brasília, semana passada, quando 1,8 mil compareceram e demonstraram insatisfação.

Governistas atribuem a demora à falta de pessoal para analisar as demandas e liberar os pagamentos, principalmente em ministérios novos, como o das Cidades. As equipes do antigo Ministério do Desenvolvimento Regional foram divididas entre esta pasta e a da Integração Nacional, o que diminuiu o número de técnicos em cada área para fazer o serviço burocrático.

Em nota, a Secretaria de Relações Institucionais disse

que segue o ritmo fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 e que R\$ 9,7 bilhões já foram quitados este ano considerando os restos a pagar. Além disso, defendeu que o próprio Congresso ainda não indicou para onde vai parte do dinheiro, no caso das emendas de comissão. "Para se ter ideia, dentro da dotação de R\$ 6,4 bilhões da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, foram indicados apenas R\$ 2,7 bilhões", diz. Também ressaltou que verbas de bancada e de comissão são associadas a projetos estruturantes e grandes obras, "o que torna a execução mais lenta na comparação com as emendas individuais".

A demora faz com que congressistas queiram impor ao governo um calendário mais rígido para execução das emendas. Isso está sendo debatido pelo relator do projeto de LDO de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE).

Apesar das reclamações, também houve problemas com o pagamento das emendas em 2019, primeiro ano do governo Jair Bolsonaro.

Conforme o Siga Brasil, o Executivo executou R\$ 12,9 bilhões naquele ano, de um total de R\$ 13,7 bilhões autorizados no Orçamento, mas só pagou R\$ 5,7 bilhões (o restante ficou como "restos a pagar" para 2024). Desde então, o volume total de emendas no Orçamento da União triplicou.

O adiamento da mudança nos ministérios, somado ao incômodo com as emendas, ocorre em péssima hora para o Executivo: esta semana será decisiva para uma série de projetos do governo. Além do arcabouço fiscal, que será debatido na noite desta segunda pelos líderes com Lira, quatro medidas provisórias (MPs) precisam ser analisadas até a segunda-feira 28 para não perderem a validade.

A MP que muda as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador e a que reajusta o salário dos servidores federais em 9% (e cria uma nova diretoria na Codevasf, que será ocupada pelo Republicanos) são as mais pacíficas. Já a MP que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320 e tornou permanente a política de valorização do piso salarial passou a enfrentar resistências, pois o governo optou por incluir dentro dela a taxação dos investimentos no exterior.

Essa medida vai gerar R\$ 3,6 bilhões por ano nas contas da Fazenda e compensar parte da perda de arrecadação com o aumento da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda. Mas o Centrão está contra a taxação das offshores com o argumento de que significa alta nos **impostos**. Na sexta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que trabalharia para que o texto vire um projeto de lei a parte. Isso, que ainda não está combinado com o governo, fará com que a correção da tabela do IR perca a validade na segunda.

Na sexta, Lula se reuniu no Palácio do Planalto com os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Márcio França (Portos e Aeroportos) para acertar os últimos detalhes da entrega da pasta comandada pelo PSB ao deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos- PE). Ao Valor, fontes afirmaram que a ida do parlamentar para o ministério hoje ocupado por França está "praticamente certa".

Nos bastidores, as costuras apontam para a permanência de França no governo, mas realocado em alguma outra pasta. Uma das possibilidades discutidas é de que ele comande o Ministério da Ciência e Tecnologia, cargo já ocupado pelo PSB em gestões petistas anteriores.

No entanto, isso poderia criar o constrangimento de desalojar uma mulher, a atual ministra Luciana Santos (PC do B).

Já o PP insiste em tomar de Wellington Dias (PT-PI) o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelo Bolsa Família. Interlocutores afirmam que essa ideia não agrada a Lula. O presidente tampouco simpatiza com a possível decisão de dividir o MDS, retirando dele o Bolsa Família antes de entregá-lo ao Centrão.

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1&section=1)

# Por que a reforma tributária preocupa as empresas aéreas - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

Em análise pelo Senado, o texto da **reforma tributária** deverá sofrer inúmeras pressões setoriais. De acordo com levantamento realizado por empresas aéreas brasileiras a partir dos dados da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata), a aviação nacional poderá ter o maior Imposto de Valor Agregado (IVA) do mundo.

Uma simples comparação com países vizinhos mostra por que as aéreas brasileiras estão preocupadas. A nova alíquota estimada em 25% pela reforma é mais do que o dobro da praticada na Argentina e no Equador e, pelo menos, 31% superior aos índices em vigor na Colômbia e no Peru, que possuem as mordidas tributárias mais altas da região. Quando se analisa a tributação para voos ao exterior, as desvantagens são ainda mais visíveis. Alemanha, Austrália, China, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido e Cingapura isentam o transporte aéreo internacional.

Passivo dos precatórios pode chegar a R\$ 200 bilhões

A gestão Lula tem uma bomba para desarmar: a dos precatórios, como são chamadas as dívidas do poder público já reconhecidas pela Justiça.

Embora o tema tenha recebido pouca atenção da sociedade, ele poderá causar estragos nas contas do governo. De acordo com estimativas feitas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, o passivo poderá chegar a exorbitantes R\$ 200 bilhões até 2027. Até lá, será preciso encontrar um jeito de garantir os pagamentos sem prejudicar o orçamento federal.

Táxis sem motoristas avançam nos Estados Unidos

O que parecia ser algo reservado para um futuro distante começa a se tornar realidade. Há alguns dias, a prefeitura de São Francisco, nos Estados Unidos, permitiu que táxis 100% autônomos, sem motoristas, circulem por toda a cidade e em qualquer horário. Antes, eles só podiam atuar em locais e períodos restritos.

Duas empresas lideram os projetos na área de robotáxis: a Cruise (que recebeu investimentos de gigantes como Honda, General Motors e Microsoft) e a

Waymo, que pertence ao Google.

Threads, do Facebook, perde milhões de usuários

De tempos em tempos, uma nova rede social promete se tornar a queridinha da vez, mas a maior parte delas sucumbe.

Foi assim com o Clubhouse, um misto de sala de bate-papo e programa de rádio.

Agora, o Threads, rede social lançada recentemente pelo Facebook, corre o mesmo risco. Nas últimas três semanas, segundo dados da empresa Similarweb, que contabilizou apenas a adoção da plataforma por dispositivos Android, o Threads viu o número de usuários ativos cair de 49 milhões para 11 milhões.

36% dos investimentos previstos pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverão vir do setor privado, segundo estimativa do governo. Os aportes serão feitos por meio de concessões.

"Só tem uma forma de o Brasil crescer pela primeira vez em 40 anos de forma sustentável e equilibrada: com a aprovação da **reforma tributária**"

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento

RAPIDINHAS

A BR-365 é a primeira rodovia do Brasil a testar a pesagem eletrônica para veículos de carga por meio de sensores colocados no asfalto da pista.

Segundo a Ecovias do Cerrado, que instalou o equipamento em Uberlândia (MG), a iniciativa permite a fiscalização do peso transportado por caminhões com o auxílio de câmeras de identificação das placas dos veículos.

Semelhante a medidores de velocidade, o equipamento impede que os caminhões driblem as velhas balanças que ficam à beira de estradas.

Como os veículos não precisam reduzir a velocidade, o fluxo do trânsito não é afetado. A próxima cidade a receber o novo ponto de pesagem será Cachoeira Alta (GO).

A indústria de veículos consumiu 6,8% menos energia elétrica em julho diante de igual período de 2022. A retração reflete o momento de desaceleração e de paralisações em fábricas do setor, que concederam férias coletivas para os funcionários nos últimos meses. Os dados são da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Um raro indicador negativo para os negócios rurais: de janeiro a julho, as emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) caíram 30% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo especialistas, o resultado se deve ao desempenho fora da curva de 2022, com uma base comparativa muito forte.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/21/all.pdf>**

# Avaliação de políticas e a qualidade dos serviços públicos (Artigo)

**Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento**

Avaliar políticas públicas traz ganhos à sociedade. As recomendações das avaliações, ao incidirem sobre a qualidade do gasto, fazem com que os recursos públicos alcancem, com efetividade, quem precisa deles.

Os gastos diretos e de subsídios tributários, creditícios e financeiros do Poder Executivo federal têm sido avaliados sistematicamente pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Todo ano, mais de dez políticas públicas são selecionadas com base em critérios objetivos. Nos últimos quatro anos, mais de R\$ 1 trilhão em gastos diretos e indiretos já foram avaliados.

Avaliações podem ser usadas para afetar a qualidade do gasto público de três formas: permitindo melhorias na própria política avaliada; alterando pesos orçamentários; e ajudando no redesenho do sistema tributário.

O desenho e a gestão das políticas podem ser aperfeiçoados por avaliações. Isso depende da apropriação dos resultados das avaliações pelos gestores das políticas, a qual é tanto mais frequente quanto mais próximos os avaliadores estiverem dos gestores desde o início do processo avaliativo. Essa parceria faz com que a avaliação responda a perguntas elaboradas por quem administra a política na ponta e conhece melhor do que ninguém seus problemas.

Avaliações são úteis no processo de redesenho orçamentário. A qualidade do gasto público nada mais é do que uma média ponderada da qualidade de cada uma das políticas, usando as alocações orçamentárias como pesos. Uma forma de se aumentar a qualidade do gasto é, portanto, deslocando peso orçamentário na direção de políticas mais bem avaliadas em critérios objetivos. Para isso acontecer, a avaliação tem que estar integrada ao ciclo orçamentário.

Por fim, a avaliação de gastos tributários também pode ser útil para o desenho e redesenho do sistema tributário. A tramitação no Congresso Nacional da PEC 45/2019 da reforma tributária é um exemplo prático.

Alguns efeitos da reforma tributária podem ser antecipados a partir das avaliações de gastos tributários. Como exemplo, o CMAP já conduziu avaliação sobre os efeitos da desoneração de PIS/Cofins sobre a cesta básica. Seus resultados mostram que eventual fim da desoneração poderia ser compensado por uma redução geral da alíquota para todos os bens de consumo. Além disso, desoneração diferenciada por itens da cesta poderia ser usada para incentivar a alimentação saudável. Parte do valor arrecadado com o fim da isenção poderia servir para ampliar transferências de renda e, assim, mitigar as perdas dos mais pobres com a reintrodução dos impostos.

Embora sejam públicos, os resultados das avaliações têm recebido pouca atenção para fora do governo federal. A fim de aumentar a transparência dos resultados das avaliações, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) dará início nesta terça-feira (22) à série de seminários "Avaliações e Melhoria do Gasto Público", nos quais serão divulgados boletins com avaliações já feitas pelo CMAP.

O evento terá como foco as avaliações dos gastos tributários, permitindo engajamento imediato com a discussão sobre a reforma em curso. A proposta da série de seminários é divulgar amplamente os resultados das avaliações, contribuindo para o enraizamento da cultura de avaliação dentro e fora do governo federal e promovendo a mudança de uma visão de insumos (recursos alocados) para uma visão de produto (produto para a sociedade).

O papel dos agentes políticos nas transformações positivas é fundamental: não à toa, teremos lideranças relevantes do Congresso Nacional nos seminários. É com o uso das avaliações que os recursos públicos poderão alcançar, com efetividade, quem precisa deles.

[...] A proposta da série de seminários é divulgar amplamente os resultados das avaliações, contribuindo para o enraizamento da cultura de avaliação dentro e fora do governo federal e promovendo a mudança de uma visão de insumos (recursos alocados) para uma visão de produto (produto para a sociedade)

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50375>**

# Cesta básica com tijolo e capacete é desafio para a Reforma Tributária

**Leonardo Vieceli**

Repelente, protetor solar, pão de queijo, erva-mate, vassoura, material escolar, medicamentos, tijolo, capacete para moto e antena parabólica.

Esses são alguns itens adicionais que compõem a cesta básica em parte dos estados brasileiros, aponta estudo publicado por pesquisadores da FGV Direito SP no primeiro semestre.

As discrepâncias regionais, contudo, podem desaparecer a partir da **Reforma Tributária**. É que a proposta aprovada em julho na Câmara dos Deputados prevê a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com tributação zerada.

A lista de produtos ainda não é conhecida, e a definição está sujeita a negociações. Parte dos especialistas vê esse ponto como um possível desafio para a implementação da reforma, já que a padronização pode ser alvo de pressões de diferentes setores.

Após a aprovação na Câmara, o texto foi encaminhado para o Senado. A escolha dos produtos da cesta nacional deve ser feita por meio de lei complementar.

"A gente está em um país continental, e tem aspectos regionais que são importantes para o consumo básico das famílias", diz William do Vai Domingues Junior, mestre em direito e um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo da FGV Direito SP sobre a cesta básica.

"O ideal seria ter uma pequena liberdade para inclusão ou retirada de alguns itens regionais que fazem ou não parte do consumo geral de cada estado. Alguma flexibilidade poderia ter", acrescenta.

A ideia da cesta básica surgiu no país por meio de um decreto em 1938, na era Getúlio Vargas, com 13 alimentos. Como passar do tempo, a lista passou por alterações nos estados, indo além das mercadorias definidas inicialmente.

A ampliação está associada ao tratamento tributário. Produtos básicos contam com desoneração de **impostos** federais, mas os estados têm liberdade para conceder benefícios no que diz respeito ao ICMS,

adaptando suas listas. Assim, ao longo dos anos, a relação de itens adicionais à cesta aumentou nas unidades da Federação.

"Cada estado tem a possibilidade de ampliar ou reduzir o que considera como itens da cesta básica. Alguns estados utilizam redução de base de cálculo, outros reduzem diretamente a alíquota", diz Domingues Junior.

No Rio de Janeiro, por exemplo, repelente de insetos e filtro solar com fator de proteção igual ou superior a 30 fazem parte dos itens adicionais da cesta, segundo o estudo da FGV Direito SP.

Em São Paulo, a relação inclui medicamentos como anticoncepcional, anti-inflamatório e analgésicos.

Em Minas Gerais, há a presença de um lanche famoso da culinária local: o pão de queijo. Rapadura, ovo de codorna e queijos produzidos no estado também estão na lista.

O Ceará é a unidade da Federação com a maior relação de produtos adicionais na cesta básica, conforme o estudo. O estado inclui, por exemplo, materiais de construção, como telha e tijolo, e itens escolares, como caderno, lápis e borracha, além de antena parabólica, bicicleta e capacete para moto.

A erva-mate se faz presente na composição da cesta em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. A goma de mandioca (ou tapioca) aparece na relação de estados do Norte e do Nordeste. Goiás, por sua vez, adiciona "As diferenças são muito agudas, tanto no tamanho quanto na composição da cesta", diz Domingues Júnior.

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) sugere a criação de uma cesta básica nacional dividida em 34 itens. São 25 alimentos, além de nove produtos de higiene.

"Estamos sugerindo [a cesta] para o debate no Senado. Não temos a posição de defender, temos a posição de sugerir. É uma colaboração", afirma João Galassi, presidente da Abras.

A proposta da associação abrange desde mercadorias como carnes, ovos, farinhas, arroz, feijão, leite, frutas

e legumes até fralda, absorvente e o que descreve como "higiene bucal".

"Quais são os itens de higiene bucal? Você tem pasta, a escova, o fio dental, o raspador de língua e o enxaguante bucal. Aí fica a critério das autoridades, na lei complementar, discutir qual é a relevância maior dentro desses cinco produtos que compõem a higiene bucal", afirma Galassi.

Segundo ele, a proposta foi elaborada a partir de dois critérios. O primeiro é a importância dos 34 itens no consumo das famílias. O segundo está associado ao fato de essa cesta trazer produtos que já contam com tratamento tributário especial.

Mensalmente, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) pesquisa o preço médio da cesta básica em 17 capitais. O levantamento abrange 12 ou 13 alimentos básicos, dependendo da região. Essa lista é baseada no decreto de 1938.

De acordo com o Dieese, Porto Alegre teve a cesta básica mais cara em julho de 2023. O valor médio foi de R\$ 777,16 na capital gaúcha. São Paulo (R\$ 769,95), Florianópolis (R\$ 746,66) e Rio de Janeiro (R\$ 738,12) aparecem em seguida.

Aracaju, por outro lado, teve o menor preço médio da cesta em julho: R\$ 547,22. Outras três metrópoles registraram valores abaixo de R\$ 600. Todas ficam no Nordeste. São os casos de João Pessoa (R\$ 581,31), Recife (R\$ 592,71) e Salvador (R\$ 596,04).

A gente está em um país continental, e tem aspectos regionais que são importantes para o consumo básico das famílias. O ideal seria ter uma pequena liberdade para inclusão ou retirada de alguns itens regionais que fazem ou não parte do consumo geral de cada estado

William do Vai Domingues Junior, mestre em direito e um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo da FGV Direito SP sobre a cesta básica.

Composição da cesta básica varia nas UFs

Exemplos de itens adicionais em cada local

AC Caderno, caneta, lápis escolar e borracha AL Colorau AM Embutidos de carne AP Tapioca

BA Macarrão, sal de cozinha e fubá de milho CE Abóbora, jaca, banha de porco, telha, tijolo, caderno, caneta, lápis, borracha, apontador, lapiseira, antena parabólica, bicicleta e capacete para moto DF Aves vivas, extrato de tomate e rapadura ES Alho, sal e fubá de milho

GO Absorvente, escova de dente, vassoura, queijo minas e rapadura MA Escova dental e absorvente MG Pão de queijo, ovo de codorna, rapadura e queijos produzidos no estado MS Banha de porco e mel sul-mato-grossense MT Erva-mate e banha de porco

PA Chocolate em pó e preparações para alimentação infantil PB Não identificados

PE Goma de mandioca (tapioca), charque e fubá de milho ou similar para fabricação de cuscuz PI Banha suína, fava comestível e goma de mandioca (tapioca)

PR Erva-mate, ovo em pó e aveia em flocos

RJ Repelente, protetor solar, absorvente e alguns medicamentos

RN Flocos e fubá de milho

RO Não identificados

RR Não identificados

RS Misturas e pastas para preparação de produtos de padaria SC Erva-mate

SE Queijo coalho, requeijão e charque SP Anticoncepcional, analgésicos, anti-inflamatório e outros medicamentos TO Sal

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50375&maxTouch=0&anchor=6481902&pd=8300b5f05b05d1b4daa4f227f22de926>**

# Reforma Tributária faz famílias anteciparem heranças e doações

**Eduardo Cucolo**

As mudanças no imposto estadual sobre heranças e doações previstas na **Reforma Tributária** têm levado alguns contribuintes a procurar escritórios de advocacia para avaliar a antecipação de transferência de patrimônio em vida.

A PEC 45 (proposta de emenda à Constituição), aprovada na Câmara em julho e que agora está sendo analisada pelo Senado, altera vários **tributos**. Entre eles, o ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), de competência dos estados.

A proposta autoriza, por exemplo, a cobrança sobre heranças e doações de residentes no exterior, sem necessidade da lei complementar federal anteriormente prevista no texto constitucional e que nunca foi votada pelo Congresso.

Também diz que o imposto será progressivo, ou seja, quanto maior o valor do patrimônio envolvido, maior a alíquota, semelhante ao que ocorre hoje no Imposto de Renda em relação aos salários. Esse ponto dependerá ainda da aprovação de leis estaduais, que podem resultar em aumento de alíquotas.

Atualmente, alíquotas progressivas são aplicadas em 15 estados e no Distrito Federal. Em u desses locais, a taxa chega ao teto de 8%. Outros dez estados têm alíquotas fixas, em alguns casos, uma para herança e outra para doação: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Amapá, Roraima, Alagoas e Rio Grande do Norte.

O texto inclui ainda isenção para transmissões e doações para instituições sem fins lucrativos, inclusive aquelas ligadas a entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos. A bancada ruralista quer isentar também a sucessão familiar de algumas propriedades rurais.

Não há alteração na alíquota máxima que os estados podem cobrar, que atualmente é de 8%. Uma mudança nesse valor depende apenas de resolução do Senado, mas a progressividade pode levar estados com alíquotas menores, como São Paulo, a aprovar esse teto, avaliam advogados da área.

Outra mudança é que o imposto passa a ser de

competência do estado de domicílio do doador ou da pessoa que morreu. Atualmente, o critério é o local do inventário, o que permite a alguns herdeiros buscar uma tributação menor em estados como Paraná e São Paulo, por exemplo.

"Desde a aprovação disso pela Câmara, muitos clientes nos procuraram com essa preocupação de planejar a sucessão. Encaminhamos cinco casos no último mês", diz Mariana Domingues, especialista em direito empresarial e sócia do escritório Domingues Herold Advogados.

A advogada afirma que empresários do Paraná e de São Paulo, onde a tributação pode praticamente dobrar, têm buscado orientação sobre antecipar processo de sucessão para evitar um possível aumento da tributação. Ela diz que o planejamento é também uma opção muito procurada por famílias com propriedades rurais e patrimônio imobiliário, que buscam gerir esses bens por meio de empresas.

Marcos Paiva, do Choib, Paiva e Justo Advogados, afirma que as mudanças devem entrar em vigor em 2024, por isso, as famílias que quiserem aproveitarem regras atuais devem iniciar o planejamento sucessório neste ano.

Ele vê algumas mudanças como positivas. Por exemplo, a definição sobre questões como a tributação no exterior e a progressividade, temas que geram debates no Judiciário.

"É muito melhor um sistema tributário em que todos sabem quanto devem pagar do que ter dúvidas, o que acaba criando uma falta de isonomia: alguns pagam, outros entram na Justiça."

Felipe Dias, sócio e responsável pela área tributária no Arbach Farhat Advogados, também relata aumento da demanda por clientes que buscam acelerar esse tipo de planejamento, mas diz que é necessária uma avaliação caso a caso. Uma das preocupações é evitar que o patrimônio dos pais possa ficar exposto no caso de herdeiros que são gestores em outras empresas.

Ele afirma que outra opção para fugir da tributação será a doação isenta a entidades sem fins lucrativos, norma que aproxima o Brasil da prática internacional. O advogado diz esperar, no entanto, uma

regulamentação dessa regra para evitar fraudes.

Qualquer mudança no imposto precisa respeitar as regras da cobrança no ano seguinte e o prazo de no mínimo 90 dias para entrada em vigor da norma, lembra Hermano Barbosa, sócio da Área Tributária do escritório BMA.

Segundo ele, no planejamento patrimonial ou sucessório, a decisão passa muitas vezes por elementos pessoais. Há também questões que podem demandar mais tempo, em razão da natureza dos bens.

"Minha recomendação é estar atento a essas mudanças, eventualmente começar a se preparar, mas sabendo que existem esses prazos para que elas passem a ser aplicadas."

O ITCMD responde por 0,4% da carga tributária nacional, segundo dados de 2022. É praticamente o mesmo percentual verificado na média do grupo de países da OCDE.

Estados como o Rio já fazem a cobrança progressiva até a alíquota máxima. São Paulo cobra 4%. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vetou neste ano a tentativa de reduzi-la.

Em relação à cobrança no exterior, ela era feita por muitos estados, apesar da falta de lei federal regulamentando a questão. Em 2021, o STF considerou as leis estaduais inconstitucionais, mas isentou os governadores de restituir quem foi taxado anteriormente.

Desde a aprovação [da **Reforma Tributária**] pela Câmara, muitos clientes nos procuraram com essa preocupação de planejar a sucessão. Encaminhamos cinco casos no último mês

Mariana Domingues, especialista em direito empresarial e sócia do escritório Domingues Herold Advogados

Minha recomendação é estar atento a essas mudanças, eventualmente começar a se preparar, mas sabendo que existem esses prazos para que elas passem a ser aplicadas

Hermano Barbosa, sócio da Área Tributária do escritório BMA

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50375&maxTouch=0&anchor=6481902&pd=8300b5f05b05d1b4daa4f227f22de926>**

# É importante discutir o imposto seletivo (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

Muitos pontos importantes da proposta de **reforma tributária** aprovada na Câmara (PEC 45), ora em análise no Senado, ficaram completamente em aberto e deverão ser regulados por leis complementares.

Neste artigo abordo apenas o imposto seletivo, conhecido na literatura econômica internacional como Sin Tax (ST), ou imposto sobre pecado, incidente sobre bens que prejudicam a saúde dos consumidores e o meio ambiente. Essa tributação adicional se justifica porque esses bens geram externalidades negativas, na forma de aumentos dos gastos com saúde pública e controle ambiental, além de provocarem queda de produtividade. No Brasil ele é cobrado de forma ineficiente mediante a aplicação de alíquotas mais elevadas sobre tabaco e bebidas alcoólicas.

A PEC 45, que altera profundamente a legislação dos **impostos** sobre o consumo, também estabelece a criação de um ST no Brasil, intitulado imposto seletivo, que, apesar de sua importância econômica e social, tem sido pouco debatido.

Sobre o tema, em 2021, a revista Health Policy and Planning (Oxford Press) publicou excelente estudo interdisciplinar realizado por quatro pesquisadores da London School of Economics e do Imperial College London. Trata-se da primeira revisão sistemática da literatura para avaliar os efeitos do ST sobre o consumo, a arrecadação fiscal e a saúde pública em vários países da América Latina, incluído o Brasil.

Os autores encontraram evidências significativas de que o ST resultou em reduções no consumo dos bens nocivos, aumentou a arrecadação tributária e teve efeitos positivos sobre a saúde pública, embora estes últimos tenham sido estimados por simulações, não por observação direta de dados. Alguns estudos analisados na pesquisa mostraram também que, dada a redução das externalidades negativas, o ST contribuiu positivamente para o crescimento econômico.

Há algumas décadas o ST se aplicava apenas sobre o

consumo de tabaco e álcool. Atualmente, vários países vêm ampliando a incidência desse tributo sobre bebidas com alto teor de açúcar (como refrigerantes, energéticos, chás prontos, entre outros), dado que há evidências estatisticamente significativas de que o consumo desses produtos aumenta a ocorrência de obesidade e de diabetes tipo 2.

A extensão do conceito do ST também poderia levar à criação de um tributo moderado sobre as emissões de carbono (CO2).

Estudo do Banco Mundial estimou que a introdução gradual desse imposto, partindo-se de um valor inicial de R\$ 75 por tonelada de CO2 emitido e chegando-se a R\$ 350 até 2030, a preços de 2021, geraria uma arrecadação anual de cerca de 1% do **PIB** até o final desta década, chegando a 1,4% do **PIB** em meados da próxima. O mesmo estudo mostrou evidências empíricas internacionais de que a introdução do imposto sobre o carbono não gerou impactos negativos sobre o crescimento da renda e do emprego

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com IVA, estrangeiros poderão ter "tax free" no Brasil

**FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA**

O emaranhado tributário brasileiro impede que o País conceda um benefício cada vez mais comum em outros países: o tax free, a isenção ou devolução de parte dos **impostos** cobrados de turistas estrangeiros.

A prática tem o objetivo de ampliar o tíquete médio gasto pelos visitantes mediante uma compensação parcial dos **tributos** pagos em bens ou serviços.

No Brasil, especialistas apontam que a adoção de um sistema similar exige a aprovação da **reforma tributária** e a instituição do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O sistema atual inviabiliza qualquer tentativa de estimativa tributária para esse tipo de operação.

Se há perda de arrecadação ao permitir a devolução de parte do imposto, ela é compensada pelo aumento do consumo do turista. Uma pesquisa da Fecomércio RJ, divulgada em abril, estimou que o gasto médio do turista pularia de US\$ 542,90 em compras para US\$ 665,50 com a adoção do modelo.

A entidade projetou que o gasto adicional movimentaria R\$ 2,1 bilhões por ano.

O advogado Alberto Medeiros, tributarista sócio da TozziniFreire, explica que esse mecanismo de devolução de parte do IVA é concebido partindo da premissa de que o estrangeiro não precisa arcar com o ônus tributário, por não receber contrapartidas do Estado, como os residentes. "É certamente um grande instrumento de fomento do comércio local e, por isso, extremamente positivo para o desenvolvimento da economia e do turismo." Cada país adota regras específicas para delimitar bens e serviços que estarão sujeitos à devolução tributária, como valor mínimo de gasto. Também há um regramento para a recuperação dos valores, que é normalmente feita após o preenchimento de formulários entregues em postos no momento da saída do país. Outra possibilidade adotada em países como Argentina e Chile, por exemplo, é a isenção a turistas do pagamento de IVA em serviços de hospedagem.

Para Douglas Guilherme Filho, coordenador da área tributária no Diamantino Advogados Associados, esse tipo de sistema é interessante para o Estado, porque

provoca aumento na atividade econômica.

"Você geralmente tem uma lista de produtos ou serviços que dão isenção ou devolução do tributo. Além disso, as empresas ou lojas que participam do modelo precisam estar cadastradas em programa governamental.

Não é simplesmente dizer que o turista não paga imposto", diz.

**SISTEMA COMPLEXO.** Fernando Lima, advogado tributarista sócio do Lavocat Advogados, diz que a complexidade do sistema tributário brasileiro é o principal entrave para a adoção do sistema, porque a devolução do tributo pago envolveria procedimentos específicos de cada ente federativo.

Mas a adoção do IVA tornaria mais simples o uso do mecanismo.

"Embora alguns setores do turismo estejam abarcados por regimes tributários específicos nesta reforma, existe uma preocupação de quanto será a alíquota deste novo IVA com a **reforma tributária**. Logo, mais do que nunca, faz-se necessária a implementação do sistema de tax free para fazer frente a outras economias no mundo", defende.

Impulso

RS 2,1 bi é o gasto adicional anual de turistas estimado pela Fecomércio RJ com a adoção do modelo

US\$ 122,60 é o gasto adicional por viajante estimado pela entidade com o sistema

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desoneração de remédio reduz preço, mas governo estuda se é melhor alternativa

**Lu Aiko Otta**

No momento em que as discussões sobre a **reforma tributária** começam a ganhar intensidade no Senado, onde tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, o governo vai divulgar relatórios que mostram como têm funcionado duas desonerações já existentes e candidatas a continuar após a reforma: medicamentos e cesta básica. Os estudos fazem parte de um trabalho de avaliação de políticas públicas que investiga se os gastos do governo são feitos da forma mais eficiente.

O Valor teve acesso à análise sobre a política que reduz **impostos** federais sobre medicamentos.

Desde 2000, estão zeradas as alíquotas de PIS e Cofins sobre os de tarjas preta e vermelha, ou seja, os comercializados mediante prescrição médica. Neste ano, o governo deixará de arrecadar R\$ 8,6 bilhões devido a esse programa.

A conclusão do trabalho é que a desoneração tem ajudado a reduzir os preços ao consumidor.

No entanto, há alternativas que poderiam direcionar o benefício mais intensamente às famílias de baixa renda. Por exemplo, colocando os recursos na assistência farmacêutica gratuita do Sistema Único de Saúde (SUS). Ou concentrando a desoneração nos produtos adquiridos pelo SUS.

"Acredito que, dadas as restrições fiscais e o comando de colocar o pobre no Orçamento, a política pública deveria ter esse norteador", afirmou o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sergio Firpo.

O relatório mostra que, em 2018, os 20% mais pobres do país gastavam em média R\$ 44 por mês com medicamentos, ante R\$ 187 dos 20% mais ricos. Ao consumir mais, as famílias de maior renda acabam se beneficiando de fatia maior da desoneração tributária.

Os números mostram ainda que, em 13,8% dos domicílios, o gasto com medicamentos ultrapassa os 15% da renda familiar.

Os mais pobres comprometem 5,6% da renda com esses produtos, o triplo dos ricos (1,8%).

Esse é o tipo de discussão que o governo quer levar ao Congresso num momento em que a lista dos setores que terão tratamento favorecido é um grande ponto de dúvida na **reforma tributária**. "Pouco se discute sobre as alternativas ou os benefícios ligados a essa política", comentou o secretário.

Há duas semanas, o Ministério da Fazenda divulgou um estudo que mostra o impacto das exceções.

Aquelas aprovadas pela Câmara dos Deputados farão com que a alíquota-padrão sobre o consumo fique em algo como 26% a 27%, ante 21% a 22% num cenário sem exceções. Atualmente, a carga é de 34,4%.

A tese defendida pelo governo, segundo a qual o tratamento favorecido a alguns faz com que a tributação no geral fique mais elevada, ganha um reforço com os relatórios de avaliação.

O mesmo problema de má focalização na desoneração dos medicamentos ocorre nos alimentos.

Porém, os deputados optaram por manter a isenção da cesta básica. A proposta técnica era tributá-la, fazendo um "cashback" para compensar as famílias mais pobres.

A fórmula focaria o benefício no público que mais precisa, comentou Firpo. Além disso, estimularia a compra de alimentos em estabelecimentos formalizados.

Ele disse esperar que o debate seja retomado no Senado.

Os dois relatórios serão apresentados amanhã (22) no 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA), que terá como tema a primeira fase da **reforma tributária**.

Está prevista a participação dos ministros Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria Geral da União). Todos são integrantes do Conselho de Monitoramento

e Avaliação de Políticas (CMAP). Também é aguardada a presença de parlamentares, entre eles o relator da proposta de **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

Os dois relatórios que serão lançados esta semana foram elaborados e divulgados no governo anterior. Ganham uma nova leitura à luz de novas evidências e estudos. Outras políticas públicas estão sendo avaliadas pela atual equipe, com a diferença que agora não é um trabalho isolado da área econômica. Os ministérios avaliados participam.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Desoneração de remédio reduz preço, mas governo estuda se é melhor alternativa

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1&section=1)**

# Reforma tributária: parlamentares têm oportunidade de atacar o contrabando

**Fernanda Strickland**

A **reforma tributária** que passou pela Câmara dos Deputados no primeiro semestre do ano e, agora, começa a tramitar no Senado Federal, precisa abrir espaço para o governo aperfeiçoar o combate ao contrabando e à concorrência desleal. De acordo com dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), as perdas com contrabando chegaram a R\$ 410 bilhões, no ano passado, sendo R\$ 280 bilhões em prejuízos das empresas nacionais e outros R\$ 130 bilhões, perdas para o erário devido à fuga de **impostos**.

Amanhã, em parceria com o FNCP, o Correio Braziliense realiza o seminário Correio Debate - **Reforma Tributária**: Uma oportunidade para combater o mercado ilegal. Autoridades e especialistas se reunirão para discutir como as mudanças na **legislação tributária** podem ser um importante impulso para erradicar as práticas ilegais de mercado. O evento promoverá um debate significativo sobre esse tema crucial.

Haverá dois painéis para o debate: o primeiro abordará os impactos do contrabando na economia e na segurança pública, enquanto o segundo discutirá como a **reforma tributária** pode contribuir no combate a essa prática ilegal. A transmissão será ao vivo nas redes sociais do Correio, proporcionando acesso amplo e democrático às discussões e reflexões sobre o assunto.

O Fórum chama a atenção da sociedade sobre alguns pontos relegados pelo debate em torno do novo modelo de tributação, aguardado há décadas. A verdade é que a ilegalidade impacta, severamente, a competitividade da indústria nacional, ceifa o emprego e a renda do trabalhador brasileiro, reduz a arrecadação e contribui para a elevação de preços.

A **reforma tributária** é importante, mas nós temos de avaliar quanto vai custar para cada setor. É preciso que se tenha noção do impacto direto, porque precisamos estimular a competitividade da indústria brasileira, e não incentivar o contrabando, destacou Edson Vismona, presidente do FNCP e um dos convidados do seminário. Ele considera essencial que o novo sistema de **impostos** permita conhecer um pouco mais sobre os impactos das taxações nos

diferentes setores produtivos.

Para o economista Pery Shikida, especialista em economia do crime que estará entre os debatedores do seminário, é preciso reavaliar o modelo de tributação dos produtos que são atingidos pelo contrabando. A ilegalidade e o contrabando impactam severamente a competitividade da indústria. Isso vai reduzir, evidentemente, emprego, renda e divisas para o Brasil, porque a arrecadação vai cair, e vamos perder uma série de outras variáveis do mercado do trabalho e da economia, alertou. Segundo ele, elevar ainda mais os **impostos**, na **reforma tributária**, no setor dos cigarros, por exemplo, vai contribuir para o aumento da ilegalidade. Com isso, o contrabando vai trazer não só a questão da perda de recursos, evasão de divisas e de mercado de trabalho, mas vai trazer também a questão da violência, da criminalidade cada vez mais atuante nesse cenário.

A **reforma tributária** precisa, de certa forma, ouvir esses players, essas pessoas que estudam, que analisam e fazem pesquisas, para que, com dados que estão sendo levantados, saber exatamente qual é a questão do mercado interno, o market share que o mercado ilegal está usando e o produto contrabandeado que domina, afirmou Shikida.

O economista exemplificou que nas regiões pesquisadas, como na fronteira, o mercado ilegal está virando cultura. Ele acredita que o governo, neste momento, deve buscar soluções de uma **reforma tributária** que reconheça a especificidade de cada setor. É preciso conhecer os impactos das taxações, por exemplo, em setores diferentes, em que a substitutibilidade do produto é automática. Quando se aumenta o preço interno, o consumidor racional vai buscar pelo produto contrabandeado, por isso a questão do preço é muito importante neste momento, avaliou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
De olho na reforma

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/08/>

***5118594-reforma-tributaria-pode-ser-ferramenta-contrabando.html***

# Desoneração da cesta básica custa R\$ 34,7 bi e pode ser mais focalizada, diz secretário (Reforma tributária)

*Idiana Tomazelli*

Idealizada como uma política para baratear alimentos e itens essenciais para famílias de baixa renda, a desoneração de **tributos** federais sobre a cesta básica proporciona uma redução média de 5% nos preços dos produtos, a um custo de R\$ 34,7 bilhões para a União, em valores atuais.

Embora seu impacto seja relevante no bolso da população mais vulnerável, o diagnóstico do governo é que a medida pode ser mais focalizada, afirma o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo.

Os dados compõem um dos boletins que serão lançados pelo órgão nesta terça-feira (22), durante o 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O documento foi antecipado à Folha .

O foco desta edição é a primeira fase da **Reforma Tributária** , que trata da tributação sobre o consumo. A PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada na Câmara dos Deputados prevê a criação de uma cesta básica nacional, que terá isenção integral dos novos **tributos**. O texto ainda está em tramitação no Senado.

A definição dos itens contemplados ainda dependerá de regulamentação, em uma etapa posterior à conclusão da votação PEC. Mesmo assim, o governo teme desde já que a lista de produtos fique muito grande, o que tornaria o benefício menos focalizado e poderia onerar os demais setores da economia com uma carga tributária mais elevada.

O desenho atual da desoneração da cesta básica está em vigor desde 2013 . Na época, o então governo Dilma Rousseff (PT) zerou as alíquotas de PIS/Cofins e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidentes sobre alimentos como carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina, além de artigos de higiene como sabonete, papel higiênico e pasta de dente. Outros produtos, como pães, leite, arroz e feijão, já eram isentos.

O problema identificado ao longo dos anos é que, ao incluir na cesta básica a categoria "carnes", o governo estendeu o benefício tanto para carnes de segunda, consumidos pelas famílias de menor renda, quanto para cortes mais nobres, como filé-mignon e picanha , usualmente adquiridos por quem tem maiores salários.

No caso dos peixes, o código de registro daqueles mais populares e o que identifica ovas (uma iguaria) ou salmão começam com os mesmos dígitos . Por isso, não há como isolar um ou outro para aplicar a desoneração.

Governos passados cogitaram restringir o alcance da política , mas esbarraram no temor de aumento de preços nas gôndolas e na repercussão política negativa que uma decisão nesse sentido teria na população.

Na **Reforma Tributária**, a guerra de narrativas em torno do aumento ou não dos preços dos alimentos mobilizou entidades , parlamentares e criou um problema político para o governo. A solução do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi prever no texto a isenção total da cesta básica.

O avanço na discussão da PEC é visto como uma oportunidade para retomar o debate em torno do tema, a partir do diagnóstico de possíveis melhorias na política.

"A desoneração não é ineficiente, ela tem impactos importantes sobre a população mais pobre, basicamente porque o consumo é decrescente com a renda, sobretudo com alimentos. Então, na hora em que desonera, privilegia o consumo dos mais pobres. Os ricos se beneficiam também, mas, no aspecto distributivo, ele [o benefício] é progressivo", diz Firpo.

Os dados mostram que os mais pobres gastam quase 30% de sua renda com alimentação, enquanto os mais ricos destinam um percentual menor, próximo a 10%.

Mesmo assim, o secretário afirma que a política pode ser aperfeiçoada em termos de focalização. Para isso, é preciso saber qual é seu objetivo central. Ele cita

exemplos de metas e soluções que poderiam ser adotadas para cada uma delas.

Para atender aos mais pobres, o governo poderia desonerar menos produtos e concentrar recursos no "cashback", mecanismo de devolução de **tributos** pagos por famílias que cumprem determinados critérios (como ser de baixa renda). A PEC já prevê essa possibilidade, embora ainda não haja clareza suficiente de como o sistema seria colocado em prática.

Para fomentar uma alimentação mais saudável, independentemente da renda das famílias, o governo poderia isentar produtos com esse perfil e excluir da cesta básica alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde.

Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas -por exemplo, refrigerantes.

"Tem uma série de discussões, depende muito do objetivo da política. Os ultraprocessados devem estar nessa cesta? O objetivo é reduzir insegurança alimentar? Uma desoneração total dos produtos não está focando naqueles mais propensos a terem insegurança alimentar", afirma Firpo.

Segundo ele, uma política mais focalizada gera, consequentemente, maior eficiência no uso dos recursos públicos. "Temos que entender por que vamos criar essa exceção [ao pagamento de **tributos**]", diz.

Simulações já realizadas por técnicos do Executivo mostram que o fim da desoneração, acompanhada de uma redução geral de 1,5 ponto percentual nas alíquotas de PIS/Cofins sobre todos os produtos, compensaria a perda de renda das famílias, sem impulsionar a **inflação** nem prejudicar a atividade econômica.

Eventuais impactos negativos sobre o poder de compra da população mais pobre também poderiam ser compensados por um aumento nas transferências de renda, focadas nas famílias mais vulneráveis.

"A combinação de redução de alíquotas de PIS/Confins para todos os produtos com aumento nas transferências de renda, portanto, poderia trazer ganhos de eficiência econômica e redução de desigualdades, além de dar mais transparência ao orçamento público ao explicitar quem são os principais beneficiados por essas medidas", diz o documento.

A iniciativa de lançar os boletins busca disseminar os

resultados de estudos já realizados no âmbito do CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) nos últimos anos.

"Queremos contribuir para o debate conjuntural, que muitas vezes carece de informações sobre os benefícios que as políticas públicas geram", diz Firpo.

"Muitos têm discutido o valor das novas alíquotas, o impacto das exceções setoriais, mas tem se discutido pouco o impacto para além do fiscal. A gente tem uma noção do custo, mas não tem clareza sobre os benefícios, e queremos contribuir para esse debate mais específico", acrescenta.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/desoneracao-da-cesta-basica-custa-r-347-bi-e-pode-ser-mais-focalizada-diz-secretario.shtml>

# Com desocupação em queda, cinco estados se aproximam do pleno emprego

**Economia**

/  
**Alexandre Garcia, do R7**

A queda da taxa de desemprego no Brasil para 8%, o menor patamar dos últimos nove anos, evidencia também na aproximação dos estados do Paraná (4,9%), Mato Grosso do Sul (4,1%), Santa Catarina (3,5%), Mato Grosso (3%) e Rondônia (2,4%) de um ambiente de "pleno emprego".

Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), colocam os estados na lista de oito unidades da federação que fecharam o segundo trimestre com redução da taxa de desocupação.

A definição teórica de "pleno emprego" representa o uso máximo da força de trabalho, com um equilíbrio entre a procura e a disponibilidade de vagas. Na situação, a busca por uma nova colocação profissional tende a ser pequena.

Pedro Afonso Gomes, economista e presidente do Corecon-SP (Conselho Regional de Economia de São Paulo), afirma que o conceito varia de acordo com a situação de cada sociedade. No Brasil, ele avalia que a permanência da taxa abaixo dos 7% por um ano representa uma situação de "pleno emprego".

"Alguns economistas colocam 3,5% como o percentual ideal de desempregados para que a economia funcione normalmente. Outros dizem 5,5%. [...] Se a economia funciona de maneira mais dinâmica, admite-se um desemprego maior, de até 7%, como no caso brasileiro. Caso seja uma economia estagnada, o desemprego acaba permanente para alguns trabalhadores", explica.

Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento Pnad, afirma que o IBGE não trabalha com o termo "pleno emprego" em seus estudos. "Esse é um conceito acadêmico que não é incorporado na construção dos nossos indicadores. Temos as taxas, que são analisadas dentro das características de cada unidade da federação e de seus mercados de

trabalho."

A pesquisadora, no entanto, cita o crescimento da agropecuária como determinante para o baixo nível de desocupação no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Já em Santa Catarina e no Paraná, Adriana observa o avanço da atividade industrial e de serviços na região.

No caso específico de Rondônia, estado com a menor taxa de desemprego do Brasil, Gomes atenta para o elevado número de profissionais na informalidade. "O estado tem quase 50% dos seus trabalhadores sem carteira assinada e sem registro", observa ele.

"É preciso entender que, mesmo havendo um desemprego menor, o nível dos empregos também é de menor qualidade sob o ponto de vista de segurança para o trabalhador, o que também precisa melhorar", reforça o presidente do Corecon-SP.

O economista membro do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) Carlos Caixeta analisa que a redução de 1,5 milhão de pessoas fora da força de trabalho em um ano confirma a retomada da economia brasileira. Para os próximos meses, Caixeta cita a redução das taxas de juros e a aprovação da **reforma tributária** como determinantes para trazer mais "credibilidade" para o Brasil no cenário internacional.

"Esse pacote vai trazer mais investimentos, algo determinante para aumentar as contratações e reduzir o desemprego, o que tem um efeito positivo. [...] Essa retomada do crescimento dinamiza a economia e, com mais pessoas pagando **impostos**, contribui para elevar a arrecadação", diz Caixeta.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/com-desocupacao-em-queda-quatro-estados-flertam-com-o-pleno-emprego-16082023>

# Caso das joias pode levar Bolsonaro a regime fechado

**Renata Galf são Paulo**

Ao autorizar a deflagração de ação pela Polícia Federal sobre as joias e presentes dados por autoridades de outros países a Jair Bolsonaro (PL), o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), apontou a investigação do possível cometimento dos crimes de peculato e de lavagem de dinheiro.

Ambos ilícitos possuem penas altas e, em caso de uma eventual condenação, após trânsito em julgado, poderiam resultar em pena de prisão em regime fechado ou semiaberto.

No momento, não há nem sequer denúncia formal, e o caso ainda está em fase de investigação -no decorrer da qual o enquadramento das condutas pode ser alterado.

Uma prisão preventiva, por outro lado, não depende de condenação, mas só poderia ocorrer em caso de perigo para a investigação ou risco comprovado de fuga -e em cenário em que outras medidas cautelares se mostrem insuficientes.

Conforme consta na decisão de Moraes, a investigação da PF identificou indícios de que Bolsonaro e auxiliares atuaram para desviar presentes de alto valor recebidos em viagens internacionais pelo ex-presidente em razão do cargo -ou por comitivas do governo atuando em seu nome- para posteriormente serem vendidos no exterior, com intuito de gerar o enriquecimento ilícito de Bolsonaro.

A defesa do ex-presidente afirma que ele "jamais apropriou-se ou desviou quaisquer bens públicos".

Previsto no Código Penal, o crime de peculato consiste no ato de apropriação, por funcionário público, de dinheiro, valor ou bem público, ou particular de que ele tenha posse em razão ao cargo. Fica configurado também quando há desvio desse bem em proveito próprio ou alheio. A pena prevista é de 2 a 12 anos de prisão, além de multa.

Já o crime de ocultar a origem, localização ou propriedade de bens, ou valores provenientes -direta ou indiretamente- de infração penal, pode levar a punição de 3 a 10 anos de reclusão, e multa.

A prisão em regime fechado ocorreria no caso de a pena total ser superior a 8 anos, enquanto pena superior a 4 até 8 anos poderia ser cumprida em regime semiaberto.

Antonio Santoro, professor de direito processual penal da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), aponta que os crimes aventados têm penas altas.

"Considerando o padrão, há uma possibilidade razoável de que a pena final seja maior do que quatro anos [em caso de condenação por peculato e lavagem], o que impediria, por exemplo, a substituição de uma pena de prisão por alguma pena alternativa", diz.

Ele ressalta, porém, que a pena total ser superior a oito anos dependeria de muitas variáveis, sendo um cenário mais especulativo.

Segundo Vinícius de Souza Assumpção, advogado criminalista e vice-presidente do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), para que o crime de peculato esteja configurado, é preciso que os presentes vendidos sejam entendidos como bens públicos -e essa categorização é ponto-chave do caso.

Ele aponta que, no caso de as joias serem consideradas bens que não poderiam ser incorporados ao patrimônio pessoal, a suposta apropriação viola o interesse da administração pública.

Por outro lado, em caso de entendimento diverso, diz ele, poderia haver crime de descaminho, por eventual não-declaração de itens e não pagamento de **tributos**.

Segundo entendimento fixado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em 2016, apenas presentes que sejam de uso pessoal ou de caráter personalíssimo podem integrar o acervo privado de um presidente.

Nas redes sociais, aliados de Bolsonaro têm buscado encampar tese de item de caráter personalíssimo com base em uma portaria do governo de Michel **Temer**.

Marina Coelho Araújo, advogada criminalista e conselheira do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), destaca que há regulamentação para que bens recebidos no exercício do cargo sejam bens públicos

para evitar situações de conflito de interesses.

Ela avalia que é preciso avançar nas investigações para averiguar se pode haver outros crimes envolvidos no recebimento dos presentes, como o de corrupção, mas aponta que as penas dos crimes indicados na investigação já são altas.

"Tem que ter um processo, produzir provas e, depois que transitar em julgado, [em caso de condenação], são penas que podem sim dar regime fechado" diz.

Uma eventual condenação de Bolsonaro dependeria de se comprovar que ele tenha ordenado as vendas ou que o esquema funcionava em seu benefício.

Nesta quinta-feira (17), o novo advogado do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, disse que Cid decidira confessar a participação na venda das joias e declarar que havia agido por ordem de Bolsonaro. O defensor do militar, no entanto, já mudou a versão sobre o assunto diversas vezes em entrevistas.

Também na quinta, Moraes autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal de Bolsonaro e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o que tinha sido solicitado pela PF. O objetivo é saber se o dinheiro da venda dos presentes chegou até o ex-presidente.

Em entrevista na última sexta-feira, ao jornal O Estado de S. Paulo, Bolsonaro disse que Cid tinha "autonomia" como seu ajudante de ordens. Também afirmou que não mandou ninguém vender nada nem recebeu nada.

Raquel Scalcon, professora da FGV Direito São Paulo e advogada criminalista, explica que uma eventual confissão de Mauro Cid apontando Bolsonaro como mandante reforçaria o conjunto de provas, mas isoladamente não seria suficiente para uma condenação, sendo necessário provar essa determinação.

Ela aponta que uma evidência de recebimento de valores, por exemplo, poderia representar elemento nessa linha. "Ela não prova diretamente a ordem em si, mas indiretamente, sim. Não faria sentido receber o valor sem ter determinado a venda", afirma.

Também segundo Davi Tangerino, advogado criminalista e professor de direito da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), para comprovar uma suposta participação de Bolsonaro, não seria preciso ter existido uma ordem direta - apenas a comprovação da ciência de Bolsonaro de que bens da Presidência estavam sendo comercializados já o implicaria criminalmente.

"Tem que ter um processo, produzir provas e, depois que transitar em julgado, [em caso de condenação], são penas que podem sim dar regime fechado" Marina Coelho Araújo advogada criminalista

O que Bolsonaro e aliados já disseram

A PF investiga um esquema de desvio de joias recebidas como presentes de autoridades estrangeiras pela Presidência no mandato de Bolsonaro. Veja o que já foi dito.

## CRUCIFICADO

Em março, Bolsonaro disse não ter pedido nem recebido qualquer presente da Arábia Saudita. "Eu agora estou sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi. Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil. Não existe isso".

## NÃO SABIA

Ainda em março, Bolsonaro disse estar no Brasil quando as joias foram ofertadas ao ministro das Minas e Energia. "O assessor dele trouxe em um avião de carreira e ficou na alfândega, eu não fiquei sabendo".

## QUER DIZER QUE TENHO TUDO ISSO?"

Nas redes sociais, Michelle Bolsonaro negou ter sido a destinatária das joias. "Quer dizer que "eu tenho tudo isso" e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo da falta de cabimento dessa imprensa [sic] vexatória".

## ALVO DE MENTIRAS

Frederick Wassef negou, no dia 13 de agosto, participação no caso. "Como advogado de Jair Messias Bolsonaro, venho informar que, uma vez mais, estou sofrendo uma campanha de fake news e mentiras" disse. "Nunca vendi nenhuma joia, ofereci ou tive posse".

## COMPREI O RELÓGIO

Em 15 de agosto, Wassef mudou o tom e afirmou que comprou nos EUA um relógio dado ao ex-presidente. "Eu comprei o relógio. A decisão foi minha. Usei meus recursos, eu tenho a origem lícita e legal dos meus recursos".

## PRA QUE QUEBRAR O SIGILO?

O STF autorizou no dia 17 de agosto a quebra de sigilo fiscal e bancária de Bolsonaro e de Michelle. Ela

reclamou da determinação. "Pra que quebrar meu sigilo bancário e fiscal? Bastava me pedir".

#### MAURO CIDTEM AUTONOMIA

Ao jornal O Estado de S. Paulo, Bolsonaro disse na sexta (18) que o tenente-coronel Mauro Cid tinha "autonomia". "Não mandei ninguém vender nada. Não recebi nada".

#### BOLSONARO NUNCA RECEBEU DE CID

Paulo Amador da Cunha Bueno, defensor do ex-mandatário, disse à GloboNews que Bolsonaro "nunca recebeu valorem espécie do tenente-coronel Mauro Cid".

#### ELE CONFESSA?

À Veja o advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt, disse que ele confessaria que comprou e vendeu joias a mando do presidente. Posteriormente, ele voltou atrás e deu declarações dúbias sobre o caso.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50375>**

# "IA não está trazendo produtividade"

**WLADIMIR D'ANDRADE**

**ENTREVISTA:** Ian Goldin, Foi vice-presidente do Banco Mundial, consultor e assessor econômico do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela

A revelação do ChatGPT para o público em geral, em novembro de 2022, provocou em trabalhadores de todas as áreas um encantamento com aquilo que a ferramenta pode entregar, mas também um forte receio de que muitas profissões possam estar com os dias contados pelo surgimento de um sério concorrente.

Em meio a emoções extremas, poucos pararam para fazer a pergunta que importa: a nova tecnologia torna a força de trabalho humana mais produtiva?

A reflexão não sai da cabeça do professor Ian Goldin, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, e líder de pesquisas sobre mudanças tecnológicas e econômicas, futuro do trabalho e futuro do desenvolvimento.

Para decepção dos entusiastas da inteligência artificial (IA) generativa, a resposta dele convida autoridades, empresários e trabalhadores a repensar o caminho que está sendo seguido.

"Não estamos vendo a tradução da automação e da inteligência artificial em níveis mais altos de produtividade", disse, em entrevista exclusiva ao Estadão durante sua vinda ao Brasil para participar do Anbima Summit, evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Com experiência acumulada como vice-presidente do Banco Mundial, consultor de empresas, governos e agências internacionais e assessor econômico do ex-presidente sulafricano e símbolo mundial da luta contra o preconceito Nelson Mandela, Goldin falou sobre as tecnologias que vão ter impacto no mercado e tendências que obrigarão o investidor a mudar as suas estratégias atuais.

O sr. lidera pesquisas sobre mudanças tecnológicas e econômicas. O que pode nos dizer sobre aonde essas pesquisas levam?

A grande questão está no que os humanos farão e as máquinas farão, e quais são as implicações disso tudo para a sociedade.

Há motivos para se preocupar porque fica evidente que a combinação de inteligência artificial e novas tecnologias está permitindo que robôs façam trabalhos que as pessoas faziam antes, não apenas os repetitivos, mas também os de serviços. Cada vez mais haverá trabalhos que exigirão habilidades que as máquinas não têm ou não são capazes de fazer, o que significa grandes investimentos em educação.

A tecnologia contribui para o aumento das desigualdades?

O trabalho remoto reflete a desigualdade provocada pela tecnologia. São, principalmente, os trabalhadores da economia do conhecimento que podem usufruir desse sistema. Muitos têm de se deslocar todos os dias. Essa discrepância está levando a maiores diferenças de renda e de lugares.

A democracia está ameaçada pelo poder das novas tecnologias?

Existe uma grande ameaça e eu estou preocupado. Tivemos no passado jornais e outras fontes de informação que têm alguma responsabilidade legal e social.

Nas redes sociais isso não existe. A maneira como as pessoas veem o mundo está se tornando mais polarizada por causa das novas tecnologias.

Com a internet nos anos 1990, o sonho era de que ela unisse o mundo e todos tivessem uma compreensão semelhante dos problemas para que isso construísse uma solidariedade global. Mas o que vemos é uma polarização, e não apenas na política, globalmente também vemos polarização na renda, e isso impede a resolução de problemas.

O que isso implica para o investidor, que tem visão de longo prazo?

O que empresas gostam é de um bom clima para negócios, o que significa infraestrutura confiável, investimento em educação, saúde, desenvolvimento social e segurança. Dito isso, não há evidências globais de que os negócios gostam de Estados fracos. A ideia de que as empresas preferem os Estados pequenos não é corroborada pelas evidências em todo o mundo. Por exemplo, na idade de ouro do capitalismo, dos anos 1950 aos anos 1970, houve a maior taxa de crescimento na Europa e nos EUA com

um Estado muito forte, com impostos muito altos.

O principal está na capacidade de criar regulamentos, regras, educação, saúde, infraestrutura que funcionem e dotem a sociedade do que ela precisa.

A tecnologia está aumentando a produtividade?

do trabalhador?

Nada disso está levando a níveis mais altos de eficiência ou renda nas sociedades.

Algumas pessoas ficaram muito ricas, mas a sociedade como um todo não está se beneficiando. Não estamos vendo a tradução da automação e da inteligência artificial em níveis mais altos de produtividade.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Líderes devem se reunir hoje à noite

**Edla Lula**

Com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, principal articulador do governo junto aos parlamentares, em viagem ao exterior, a pauta econômica entra em uma semana decisiva no Congresso Nacional.

Está marcada para hoje à noite a reunião do Colégio de líderes da Câmara dos Deputados com técnicos do Ministério da Fazenda para tratar do Projeto de Lei Complementar (PLP 93/23), que cria o novo arcabouço fiscal.

A conversa com os técnicos tem sido colocada como condição para que o relator da matéria, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), conclua o seu parecer e o texto possa ser votado no Plenário da Casa. Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu para amanhã a votação do projeto de lei do arcabouço, mas colocou como condição um consenso na reunião de hoje em relação aos pontos acrescentados pelo Senado no marco fiscal.

Cajado tem insistido que, por ele, rejeitaria todas as emendas incluídas pelos senadores, mantendo o seu parecer original, aprovado em maio na Câmara. Interessa ao governo a manutenção da emenda que prevê as "despesas condicionadas" - um dispositivo que permitiria manter no Orçamento de 2024 volumes de recursos que podem chegar a R\$ 40 bilhões. Essas despesas estariam condicionadas ao resultado da **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ao longo de todo este ano. O texto de Cajado estabelece como prazo para o cálculo das despesas, os doze meses terminados em julho.

Outro item do texto que está indefinido é a retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Fundo Constitucional do DF do limite de gastos. Embora Cajado insista que retornará ao seu relatório, interlocutores - incluindo o próprio presidente da Câmara - dizem que ele tende a ceder nas negociações.

Mas não são apenas de questões técnicas que depende a inclusão do arcabouço fiscal na pauta de votação. Lira negocia com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a nomeação de pelo menos dois indicados pelo PP e pelo Republicanos para compor o ministério. Por causa disso, a reunião com os técnicos da Fazenda foi adiada três vezes, o que pode se

repetir hoje.

Na última quinta-feira, Haddad disse confiar que a matéria será votada esta semana. "O presidente Lira é um homem responsável e disse que vai pautar", apostou. O ministro também tem pressa em aprovar as Medidas Provisórias (MPs) que reajustaram o salário-mínimo para R\$ 1.320 e corrigiram a tabela do imposto de renda. Esta última prevê como contrapartida para a elevação do limite de isenção do imposto renda, a taxaço do imposto de renda para os investimentos feitos em paraísos fiscais por residentes no Brasil, conhecidos como fundos offshore.

Em diversas ocasiões, Lira já se colocou contrário à taxaço, por **temer** que investidores tirem seus recursos do Brasil.

O governo corre contra o tempo, porque o dia 31 de agosto é o limite para a aprovação, tanto das MPs, que perdem a validade no dia 1º de setembro, quanto do arcabouço fiscal. O envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2024, precisa ocorrer no fim deste mês. Para ser elaborado, o Orçamento, assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), também depende dos parâmetros a serem estabelecidos pelo novo arcabouço. A criação do marco fiscal foi necessária porque o governo Lula suspendeu a regra anterior, criada no governo Michel **Temer**, que estabeleceu o teto de gastos, limitando o aumento das despesas à variação da **inflação** do ano anterior, sem considerar aumento de arrecadação.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/21/all.pdf>

# Arcabouço fiscal deve ser votado amanhã

O novo arcabouço fiscal, uma das prioridades do governo Lula e que vai substituir o atual teto de gastos, será a prioridade da Câmara dos Deputados nesta semana. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), disse, na sexta-feira, que a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em recente entrevista, sobre a concentração de poderes da Câmara dos Deputados não impedirá a votação do novo arcabouço fiscal, prevista para amanhã. Apesar de dizer que as relações entre o Palácio do Planalto e os deputados federais continuarão harmoniosas, Lira chamou de "inapropriado" o comentário de Haddad. "Ficamos surpresos. Como eu disse na minha nota, acho que foi inapropriado. Talvez um relaxamento excessivo do ministro numa entrevista. Não vejo clima para além do que foi criado", afirmou.

Em entrevista ao podcast do jornalista Reinaldo Azevedo, Haddad afirmou que a Câmara "está com poder muito grande" e que não poderia usá-lo para "humilhar" o Senado e o Executivo. Depois da entrevista, Haddad disse que se referiu à mudança do presidencialismo de coalizão nos últimos anos e que não pretendia criticar Lira. Após a declaração de Haddad, uma reunião entre Lira, Haddad, técnicos da equipe econômica e líderes partidários, que estava prevista para a segunda-feira passada, para discutir a votação do arcabouço fiscal, foi cancelada. O relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), anunciou a remarcação do encontro para hoje. "Não houve clima para a reunião [na segunda-feira]. Alguns líderes não queriam que a reunião acontecesse ontem", declarou.

Lira disse que o projeto do arcabouço sofreu "modificações sérias" no Senado, mas prometeu prosseguir com a votação na próxima semana e negou que haja atraso nas discussões. "Estão cobrando da Câmara uma coisa que está no prazo dela. Teve um atropelo ontem, mas vai ser corrigido na semana que vem", disse Lira. "Não existe um canal de comunicação interrompido. Não temos interesse nenhum em promover acirramento de ânimos, mas o posicionamento foi necessário", reiterou o presidente da Câmara.

Lira já adiantou que a votação do arcabouço não está atrelada a uma **reforma ministerial** e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem seu tempo para mudar os ministérios. "Não tem nenhuma perspectiva de conversa com Lula para isso. Nós estamos falando sempre por telefone, para a insatisfação de muita gente, inclusive de algumas

pessoas que gostam de vazar notícias falsas", afirmou. "O presidente Lula tem que tratar com os líderes e presidentes de partidos no tempo dele. Não há nenhuma pressão com relação a isso."

O presidente da Câmara afirmou que a Casa continuará a ser responsável. Segundo ele, a data da votação do novo arcabouço fiscal deverá ficar para a próxima terça-feira, assim que houver acordo sobre a modificação do período de cálculo da **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para corrigir as metas fiscais. "Discutimos isso hoje muito tranquilamente no Colégio de Líderes e ficou marcada uma reunião com o relator, técnicos da Fazenda, técnicos da Câmara, da CMO [Comissão Mista de Orçamento] e líderes partidários para que se discuta a única matéria polemica ainda, que é a questão da modificação do prazo do cálculo do IPCA. Isso sendo acordado, terça-feira a matéria vai para o Plenário. Não há nenhum tipo de inconstância no tratamento da Câmara com as matérias que são essenciais", reafirmou Lira.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/08/2023/p1>

# Com Selic em queda, crédito privado ganha nova chance

**ISABEL FILGUEIRAS**

Este ano tem sido um verdadeiro teste para investidores com títulos de crédito privado em carteira, que é a renda fixa obtida por emissões de dívida de bancos ou empresas, como debêntures, LCIs, CDBs, LCAs, entre outros.

Após o caso Americanas, que em janeiro escancarou um rombo bilionário, o segmento de crédito privado afundou. Os fundos tiveram perdas bilionárias a partir de janeiro -e não só os que tinham os papéis da varejista no portfólio. A desconfiança pairou sobre toda a indústria.

Logo depois veio a Light, ao informar que havia contratado uma consultoria financeira para melhorar sua estrutura de capital. Com isso, as debêntures da concessionária de energia chegaram a perder mais de 80% do valor, a depender do vencimento. As ações também desabaram.

Mesmo com a volatilidade que muitos não conheciam até o início deste ano, o crédito privado oferece vantagem ao investidor que entra nessas aplicações ciente dos riscos.

Em época de Taxa Selic mais baixa, a busca é para aumentar a rentabilidade, e nem todos têm o apetite ou objetivos que se encaixem em produtos mais voláteis como ações ou fundos multimercados.

Os títulos privados tornam-se, portanto, uma alternativa mais moderada para tentar superar o CDI e, claro, a **inflação**.

O mercado se manteve avesso aos investimentos de crédito privado até maio, quando começou a recuperar um pouco da confiança. A partir de então, os fundos do segmento voltaram a bater o CDI. O momento de estresse, que gerou perdas, também foi uma oportunidade para os investidores que estavam de olho em bons prêmios de risco e que tinham apetite para apostar em títulos privados.

Antes da Americanas, o prêmio de risco médio, que é o quanto se ganha a mais que um título público de condições similares, estava em torno de 2,4 pontos percentuais acima do CDI -a diferença entre o IDA-DI, índice de debêntures indexadas ao CDI, da

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que estava em 16,05% ao ano, e o CDI do período, em 13,65% (veja o gráfico). Este prêmio de risco é a recompensa que o mercado oferece ao investidor que aposta em um título que tem mais chances de calote ou é mais volátil.

## CENÁRIO DE MAIS CONFIANÇA

Com a crise de confiança causada pelo caso Americanas, a aversão ao risco dos investidores foi tamanha que esse mercado de debêntures perdeu totalmente a racionalidade.

Para se ter ideia, já em janeiro o índice de debêntures da Anbima passou a registrar queda de 2,84% frente aos 13,65% do CDI (veja o gráfico). Ou seja, os detentores de debêntures saíram correndo para vender esses títulos privados e, assim, fugir de possíveis calotes que outras empresas pudessem dar.

-O caso Americanas desencadeou perdas para fundos de renda fixa e gerou um momento de forte resgate por parte dos investidores, que se assustaram e quiseram sair dos produtos. Esse fluxo negativo fez com que esses fundos tivessem de vender rapidamente seus ativos, portanto o prêmio de risco aumentou -explica Ivan Fernandes, gestor da Kinea.

Em outras palavras, além de as debêntures existentes terem caído muito (por causa dos resgates), as empresas que emitiram debêntures nesse período tiveram que oferecer retornos muito maiores para atrair investidores, que estavam extremamente arredios aos títulos de crédito privado.

Seis meses depois do escândalo da varejista, o mercado de crédito privado voltou a uma certa normalidade - mas os papéis continuam precisando oferecer retornos bem maiores que o CDI, em termos históricos, para conseguir captar recursos. O IDADI, em julho, oferecia retorno de 18,65% ao ano, contra os mesmos 13,65% do CDI. Isso quer dizer que ainda há a possibilidade de ganhos interessantes, sobretudo em um momento em que a Selic entra em um ciclo de queda.

Se do lado do investidor as taxas em queda geram menos rentabilidade, por outro também trazem um ambiente de mais confiança, com chances menores de

calotes. Fernandes explica que um ambiente de juros mais baixos melhora os fundamentos das empresas.

Ou seja, elas acabam tendo menos dificuldades para arcar com as despesas das dívidas, uma vez que seus papéis de crédito estão mais baratos.

Além disso, juros baixos tendem a estimular o consumo e fazer a economia girar.

Entretanto, é importante que o investidor entenda que, em momentos de estresse, como o início da pandemia, em março de 2020, e o escândalo da Americanas, em janeiro deste ano, a rentabilidade das debêntures despenca, ficando inclusive abaixo da sua referência, que é o CDI.

O spread, como é chamada essa diferença de rentabilidade do CDI para produtos como debêntures, costuma aumentar logo após um período de estresse, justamente para tentar captar investidores em um momento de aversão ao risco.

#### PRÊMIOS AINDA ALTOS

Da mesma forma que em outros momentos da história, o mercado foi se normalizando após o caso Americanas.

Segundo Fernandes, a tendência é que a redução do prêmio de risco continue nos próximos meses. Neste momento, os gestores têm comprado papéis e não querem vendê-los, fazendo o movimento oposto ao que se vê em época de estresse e derrubando os prêmios de risco.

Para Luis Rodrigues, gestor de crédito privado da Principal Claritas, o pico de oportunidade já passou, com a maioria dos prêmios se reduzindo. Mas ainda é possível achar títulos com condições interessantes.

- A expectativa é que, mesmo com essa sacudida, os fundos de crédito privado consigam fechar o ano acima do CDI, mantendo a dinâmica de recuperação. Olhando para os próximos meses, ainda há espaço para mais prêmios.

As novas emissões no mercado primário podem ajudar a boa performance dos fundos - diz Rodrigues.

Segundo ele, embora as taxas estejam mais normalizadas, as empresas que resolverem fazer emissões para captar recursos ainda devem oferecer um prêmio de risco acima da média para evitar fracassos: -Ninguém quer testar o mercado com uma emissão malsucedida, por isso, as novas debêntures chegam um pouco mais premiadas.

Para os investidores que ainda estão reticentes e não sabem como escolher títulos, o ideal é buscar fundos que diluam os riscos de calotes.

Como o fundo é um produto diversificado, as perdas tendem a ser menores quando um ou outro título sofre desvalorização.

No caso de fundos da Kinea e Principal Claritas, a exposição aos papéis de Light e Americanas era mínima. E mesmo aqueles que tinham esses papéis fizeram um processo de substituição e, aos poucos, retomaram a rentabilidade.

E, além do apetite ao risco, os investidores têm de estar atentos ao prazo dos investimentos.

Quando não há pressa, algumas perdas podem ser revertidas. Mas é justamente nos momentos de baixa e descrença que surgem os bons negócios.

Basta que eles se encaixem no seu perfil e objetivo.

\*

"O caso Americanas desencadeou perdas para fundos de renda fixa e gerou um momento de forte resgate por parte dos investidores, que se assustaram e quiseram sair dos produtos"

Ivan Fernandes, gestor da Kinea

"A expectativa é que, mesmo com essa sacudida, os fundos de crédito privado consigam fechar o ano acima do CDI, mantendo a dinâmica de recuperação"

Luis Rodrigues, gestor da Principal Claritas

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Estados elevam gasto com servidor e sofrem com queda de receitas

**Marta Watanabe**

Os governadores enfrentaram no primeiro semestre do mandato queda de receitas e alta de despesas, puxada principalmente por gastos com pessoal, que têm natureza permanente. Dados dos 26 Estados e Distrito Federal mostram que a receita tributária caiu 7,8% em termos reais contra iguais meses de 2022, pressionando a receita corrente, que recuou 2,3%. No mesmo período as despesas correntes cresceram 4,7% reais, com avanço de 6,6% no gasto com pessoal. Investimentos seguiram a lógica do ciclo eleitoral e caíram 27,4%.

A queda na receita tributária recuou em 15 dos 27 entes em termos reais. As transferências correntes, que incluem o Fundo de Participação dos Estados (FPE), mostram ter esgotado parte da força. Importantes na composição de receitas de alguns Estados, as transferências correntes caíram em 14 dos 27 entes. Total também de 14 Estados teve perda real de receita corrente de janeiro a junho. Em 11 deles o recuo de ingressos aconteceu simultaneamente à alta das despesas correntes.

Em todos os 13 entes em que as receitas correntes cresceram os gastos correntes avançaram em ritmo maior. A diferença de taxas chegou a 11,4 pontos percentuais.

Os dados foram retirados pelo Valor de relatórios fiscais entregues à Secretaria do Tesouro Nacional. Foram consideradas receitas realizadas e despesas liquidadas.

Dados de 2022 foram atualizados pelo IPCA.

Do lado das despesas, a pressão veio dos gastos com pessoal. Responsáveis por 58,3% da despesa corrente do primeiro semestre, esses gastos subiram 6,6% reais. Dos 27 entes, em 13 a alta real no gasto com pessoal ultrapassou os 10%.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), lembra que dados levantados anteriormente pelo Valor mostraram que as despesas de pessoal cresceram em termos reais 4,5% no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre de 2022, destaca, o avanço foi de

7,1%, sempre contra igual período do ano anterior. "A desaceleração dessa despesa no primeiro semestre de 2023 de certa forma foi modesta.

Onde dá para ver ajuste mais contundente é nos investimentos.

No primeiro ano de novos mandatos algum ajuste é normal, mas também pesa o fato de que os governos precisam se acomodar a nível mais baixo de receitas, seja pelas mudanças tributárias que aconteceram no segundo semestre de 2022, seja pela atividade econômica", diz ele, referindo-se às Leis Complementares (LCs) 192/22 e 194/22. Essas leis resultaram em redução da arrecadação do ICMS em segmentos importantes como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Há também, lembra, o arrefecimento de fatores que resultaram em arrecadação elevada na primeira metade de 2022, como a **inflação** e a mudança de preços relativos impactados por altas cotações de commodities como o petróleo, cuja preço se elevou com a guerra entre Rússia e Ucrânia.

O conjunto de dados, incluindo os de resultado primário do Banco Central (BC), ressalta Pires, indica que a maior parte do ajuste já ocorreu nos Estados. Pelos dados do BC, o superávit dos Estados vinha caindo desde o início do ano.

De 0,38% do **PIB** em janeiro desceu para 0,03% do **PIB** em maio. Em junho, há ligeiro crescimento de superávit primário estadual para 0,07% do **PIB**, sempre em 12 meses.

"Seria arriscado falar em tendência de crescimento do superávit primário, mas tudo indica que parou de piorar", diz Pires. A expectativa no cenário geral dos Estados é de que a arrecadação tende a uma normalização, com gastos se acomodando a novo patamar de receitas. "Dependerá da política de gasto de pessoal de cada Estado." A retomada de investimentos, afirma, também depende da capacidade de tomar operações de crédito e da liberalidade do governo federal para criar instrumentos voltados aos governos regionais.

No Rio Grande do Norte a folha de pagamentos é um dos grandes desafios para 2023, diz Carlos Eduardo

Xavier, secretário da Fazenda potiguar. Ele conta que parte do 13o salário de 2022 foi pago em janeiro deste ano e em 2023 o atraso não deve se repetir. A despesa de pessoal no Estado cresceu 16,2% de janeiro a junho deste ano na comparação com iguais meses de 2022, o que contribuiu para a despesa corrente avançar 15,4%.

Nos 12 meses encerrados em abril a despesa de pessoal do Poder Executivo no Estado fechou em 56,68% da Receita Corrente Líquida.

O teto para esse gasto é de 49%.

Xavier, que também é presidente do Comsefaz, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, lembra que em 2022 as receitas do segundo semestre foram frustradas com a redução de ICMS imposta aos Estados, o que dificultou o equilíbrio de contas do governo.

O Estado espera, diz Xavier, formalizar até fim de agosto a adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) e com isso iniciar trajetória de queda do gasto com pessoal ainda em 2023. Algumas medidas tomadas pelo governo potiguar, afirma, já fizeram efeito nas receitas. O aumento da alíquota padrão de ICMS de 18% para 20% desde abril deste ano foi uma delas e contribuiu para a arrecadação tributária própria do Estado avançar 4,9% reais no primeiro semestre.

Mesmo assim a receita corrente caiu 0,6% reais no mesmo período.

O secretário conta que o Estado espera a entrada de R\$ 350 milhões em receitas extraordinárias até o fim do ano, o que possibilitará fechar as contas em equilíbrio.

As receitas devem vir de medidas como a oferta de "Refis" e a venda da folha de pagamentos.

"O que nos preocupa é o FPE, muito importante para Estados do Nordeste, que apresentou queda em alguns repasses do início do segundo semestre", diz Xavier. No agregado dos 27 entes, as transferências correntes chegaram a subir 7,2% no período. Mas essa variação é influenciada por São Paulo, cuja receita de transferência corrente saiu de R\$ 10,33 bilhões no primeiro semestre de 2022 - em valores atualizados - para R\$ 24,09 bilhões de janeiro a junho deste ano.

A Fazenda Paulista informa que, seguindo manual do Tesouro, o Estado passou a incluir recursos do Fundeb na rubrica. Sem São Paulo, a receita com essas transferências no agregado dos Estados caiu 2,4% no primeiro semestre.

Em Alagoas, a perspectiva é fechar o ano com as contas equilibradas, diz Renata dos Santos, secretária de Fazenda do Estado. Ela conta que no decorrer do primeiro semestre do ano passado o Estado fez reestruturação de carreiras cujo impacto na despesa seria coberto pela receita projetada. Com a redução de arrecadação resultante das LCs 192/22 e 194/22, o governo alagoano tomou medidas para conter gastos e recuperar receitas.

Alagoas também elevou a alíquota padrão de ICMS, de 17% para 19% e, no campo das despesas, renegocia contratos mais longos e parcelou o reajuste salarial. Será concedido aumento de 3% em setembro e 2,79% em janeiro de 2024.

A ideia, com isso, diz Renata, é conter a despesa de pessoal, que no Estado aumentou 9,8% reais no primeiro semestre de 2023. "O descolamento entre receitas e despesas na primeira metade do ano aconteceu porque as medidas tomadas tiveram prazo para iniciar efeitos." No segundo semestre, lembra ela, além de impacto maior das medidas, haverá base de comparação menor para a arrecadação.

"Queremos manter a despesa corrente no mesmo nível do ano passado, em termos reais", diz ela.

De janeiro a junho, a despesa corrente alagoana cresceu 10,1% e a receita corrente avançou 3,6%.

No Espírito Santo, a receita corrente caiu 8,7% no primeiro semestre, mas isso se deve à base alta de comparação, afirma Benicio Suzana Costa, secretário da Fazenda capixaba.

O secretário lembra ainda que 2022 foi um ano atípico em transferências correntes e também em royalties e Participações Especiais (PE) de petróleo, beneficiadas pela escalada nos preços da commodity.

A Fazenda informa que em 2022, no primeiro semestre, royalties e PE chegaram a 9,4% da receita total do Estado. Já em 2023, no mesmo período, a 4,5%.

"Na verdade em 2023 a receita voltou a um padrão normal e as contas estão dentro das expectativas para o ano", diz Costa. Para o segundo semestre a arrecadação deve ter bom desempenho com o recolhimento monofásico de ICMS em combustíveis e menor base de comparação em 2022. A expectativa, diz, é de que o ano termine com superávit orçamentário no Estado entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão.

"Ajuste mais contundente veio dos investimentos,

também normal em início de mandato" Manoel Pires

"O que nos preocupa é o FPE, muito importante para  
Estados do Nordeste" Carlos Xavier

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187637?page=1&section=1)**